

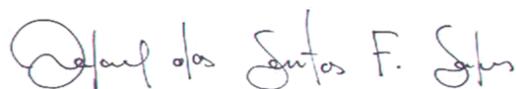
Governo Federal
Ministério da Justiça e Cidadania
Secretaria Nacional de Segurança Pública

**RELATÓRIO DE PESQUISA – MAPEAMENTO
DAS INSTITUIÇÕES DE ENSINO DE
SEGURANÇA PÚBLICA NO BRASIL**

PROJETO BRA/04/029

NPPP - PROJETO DE EXECUÇÃO NACIONAL - CONTRATO DE SERVIÇO PNUD Nº2016/000063

Produto 03: Relatório de pesquisa, com dados quantitativos e qualitativos, descrevendo os requisitos para seleção e forma de ingresso nas instituições de ensino de Segurança Pública, a grade curricular dos cursos de formação e o título conferido ao profissional ao término do curso.



MAPEAMENTO DAS INSTITUIÇÕES DE ENSINO DE SEGURANÇA PÚBLICA NO BRASIL

REALIZAÇÃO

Ministério da Justiça e Cidadania

Secretaria Nacional de Segurança Pública – SENASP

Departamento de Ensino, Pesquisa, Análise da Informação e Desenvolvimento de Pessoal (DEPAID)

Coordenação-Geral de Ensino

Esplanada dos Ministérios, Bloco T, Palácio da Justiça Raymundo Faoro,

Edifício sede, 5º andar, sala 500

Brasília, DF, CEP 70064-900

PRESIDENTE DA REPÚBLICA

Michel Temer

MINISTRO DA JUSTIÇA E CIDADANIA

Alexandre de Moraes

SECRETÁRIO NACIONAL DE SEGURANÇA PÚBLICA

Celso Peroli

DIRETOR DO DEPARTAMENTO DE ENSINO, PESQUISA, ANÁLISE DA INFORMAÇÃO
E DESENVOLVIMENTO DE PESSOAL– DEPAID

Rinaldo de Souza

COORDENADOR-GERAL DE ENSINO

Wilquerson Felizardo Sandes

SUPERVISÃO GERAL DA PESQUISA

Ademarcio de Moraes, Andréa da Silveira Passos, Leandro Arbogast da Cunha

COORDENAÇÃO GERAL DA PESQUISA

Rafael dos Santos Fernandes Sales (Consultor)

REDAÇÃO

Rafael dos Santos Fernandes Sales (Consultor)

COLETA E AUDITORIA DE DADOS

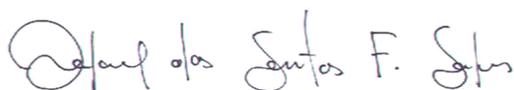
Rafael dos Santos Fernandes Sales (Consultor)

REVISÃO TÉCNICA

Andréa da Silveira Passos

2016 © Secretaria Nacional de Segurança Pública

Todos os direitos reservados. É permitida a reprodução total ou parcial desta obra, desde que seja citada a fonte e não seja para venda ou qualquer fim comercial.



LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

CBM – Corpo de Bombeiros Militar

CEE – Conselho Estadual de Educação

EaD – Educação a Distância

ENAESP - Escola Nacional de Altos Estudos em Segurança Pública

IESP - Instituições de Ensino de Segurança Pública

JB – Jornal do Brasil

MCN - Matriz Curricular Nacional para Ações Formativas dos Profissionais da Área de Segurança Pública

MEC – Ministério da Educação

PC – Polícia Civil

PM – Polícia Militar

PNUD - Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento

SENASP - Secretaria Nacional de Segurança Pública

Deputado Carlos F. Silva

LISTA TABELAS

<i>Tabela 1 - Estados selecionados para coleta de dados presencial</i>	15
<i>Tabela 2 - Cronograma de coletas presenciais realizadas</i>	15
<i>Tabela 3- Cronograma de disparos de e-mails para coleta remota</i>	18

Deleuf da Santos F. Sales

LISTA DE GRÁFICOS

<i>Gráfico 1- Taxa de IESPs respondentes após sistematização e auditoria dos dados. Brasil, 2016.</i>	<i>22</i>
<i>Gráfico 2 - Número de IESPs fundadas por década. Brasil, 2016.</i>	<i>277</i>
<i>Gráfico 3 - Distribuição percentual do Nível de Ensino oferecido nas IESPs. Brasil, 2016.</i>	<i>29</i>
<i>Gráfico 4 - Distribuição percentual de IESPs reconhecidas pelo MEC e/ou CEE. Brasil, 2016.</i>	<i>29</i>
<i>Gráfico 5 - Distribuição percentual da definição de sexo dos Gestores das IESPs. Brasil, 2016.</i>	<i>300</i>
<i>Gráfico 6 - Distribuição percentual da definição no quesito raça/cor dos Gestores das IESPs. Brasil, 2016.</i>	<i>300</i>
<i>Gráfico 7 - Distribuição percentual do Nível de Escolaridade dos Gestores das IESPs. Brasil, 2016.</i>	<i>311</i>
<i>Gráfico 8 - Distribuição percentual dos requisitos educacionais para ingresso na carreira de soldado da Polícia Militar. Brasil, 2016.</i>	<i>322</i>
<i>Gráfico 9 - Distribuição percentual dos requisitos educacionais para ingresso na carreira de soldado dos Corpos de Bombeiros Militares. Brasil, 2016.</i>	<i>322</i>
<i>Gráfico 10 - Distribuição percentual dos requisitos educacionais para ingresso na carreira de agente/escrivão da Polícia Civil. Brasil, 2016.</i>	<i>322</i>
<i>Gráfico 11- Distribuição percentual da duração, em meses, dos cursos de formação de soldados da Polícia Militar. Brasil, 2016.</i>	<i>355</i>
<i>Gráfico 12 - Distribuição percentual da duração, em meses, dos cursos de formação de soldados dos Corpos de Bombeiros Militares. Brasil, 2016.</i>	<i>366</i>
<i>Gráfico 13 - Distribuição percentual da duração, em meses, dos cursos de formação de agentes da Polícia Civil. Brasil, 2016.</i>	<i>377</i>
<i>Gráfico 14 - Distribuição percentual da carga horária dos cursos de formação de soldados da Polícia Militar, por faixas. Brasil, 2016.</i>	<i>39</i>
<i>Gráfico 15 - Distribuição percentual da carga horária dos cursos de formação de soldados dos Corpos de Bombeiros Militares, por faixas. Brasil, 2016.</i>	<i>400</i>
<i>Gráfico 16 - Distribuição percentual da carga horária dos cursos de formação de agentes da Polícia Civil, por faixas. Brasil, 2016.</i>	<i>400</i>
<i>Gráfico 17 - Distribuição percentual da utilização de Educação a Distância nos cursos de formação profissional de soldados da Polícia Militar. Brasil, 2016.</i>	<i>422</i>

Deputado Santos F. Silva

<i>Gráfico 18 - Distribuição percentual da utilização da Educação a Distância nos cursos de formação profissional de soldados dos Corpos de Bombeiros Militares. Brasil, 2016.....</i>	<i>422</i>
<i>Gráfico 19 - Distribuição percentual da utilização de Educação a Distância nos cursos de formação profissional de agentes da Polícia Civil. Brasil, 2016.....</i>	<i>433</i>
<i>Gráfico 20 - Distribuição percentual da carga horária mensal dos cursos de formação profissional de soldados da Polícia Militar. Brasil, 2016.</i>	<i>433</i>
<i>Gráfico 21 - Distribuição percentual da carga horária mensal dos cursos de formação profissional de soldados dos Corpos de Bombeiros Militares. Brasil, 2016.</i>	<i>444</i>
<i>Gráfico 22 - Distribuição percentual da carga horária mensal dos cursos de formação profissional de agentes da Polícia Civil. Brasil, 2016.</i>	<i>455</i>
<i>Gráfico 23 - Distribuição percentual da carga horária diária dos cursos de formação profissional de soldados da Polícia Militar. Brasil, 2016.</i>	<i>466</i>
<i>Gráfico 24 - Distribuição percentual da carga horária diária dos cursos de formação profissional de soldados dos Corpos de Bombeiros Militares. Brasil, 2016.</i>	<i>466</i>
<i>Gráfico 25 - Distribuição percentual da carga horária diária dos cursos de formação profissional de agentes da Polícia Civil. Brasil, 2016.</i>	<i>477</i>
<i>Gráfico 26 - Titulação conferida após formação de soldados da Polícia Militar. Brasil, 2016.</i>	<i>488</i>
<i>Gráfico 27 - Titulação conferida após formação de soldados dos Corpos de Bombeiros Militares. Brasil, 2016.</i>	<i>488</i>
<i>Gráfico 28 - Titulação conferida após formação de agentes da Polícia Civil. Brasil, 2016.</i>	<i>488</i>
<i>Gráfico 29 - Distribuição percentual da aderência dos cursos de formação de soldados da Polícia Militar à MCN, por Estado. Brasil, 2016.</i>	<i>522</i>
<i>Gráfico 30 - Distribuição percentual da aderência dos cursos de formação de soldados dos Corpos de Bombeiros Militares à MCN, por Estado. Brasil, 2016.</i>	<i>532</i>
<i>Gráfico 31 - Distribuição percentual da aderência dos cursos de formação de agentes da Polícia Civil à MCN, por Estado. Brasil, 2016.</i>	<i>543</i>
<i>Gráfico 32 - Adesão à Matriz Curricular Nacional em termos percentuais, por corporação e área temática. Brasil, 2016.</i>	<i>554</i>

Deputado Santos F. Silva

LISTA DE FIGURAS

<i>Figura 1 - Primeira previsão de etapas metodológicas de coleta de dados</i>	12
<i>Figura 2 – Diagrama temporal de atividades de pesquisa</i>	13
<i>Figura 3 - Demonstrativo da Taxa de Resposta efetiva total</i>	20
<i>Figura 4 - Distribuição de Instituições de Ensino de Segurança Pública por região. Brasil, 2016.</i>	266
<i>Figura 5 - Eixos Articuladores da Matriz Curricular Nacional para Ações Formativas dos Profissionais da Área de Segurança Pública. Brasil, 2014.</i>	49
<i>Figura 6 - Áreas Temáticas da Matriz Curricular Nacional para Ações Formativas dos Profissionais da Área de Segurança Pública. Brasil, 2014.</i>	511

Deisele dos Santos F. Silva

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	9
1. CONTEXTUALIZAÇÃO E OBJETIVOS	10
2. RELATO HISTÓRICO-METODOLÓGICO	12
2.1. LEVANTAMENTO E REVISÃO BIBLIOGRÁFICA	13
2.2. COLETA DE DADOS	14
2.2.1. SELEÇÃO DE CIDADES PARA COLETA PRESENCIAL	14
2.2.2. COLETA PRESENCIAL	15
2.2.3. INSTRUMENTO DE PESQUISA	16
2.2.4. PRÉ-TESTE	17
2.2.5. COLETA REMOTA	17
2.3. IMPONDERÁVEIS DO CAMPO	20
2.4. SISTEMATIZAÇÃO E AUDITORIA DOS DADOS	22
3. RESULTADOS	24
3.1. PANORAMA DAS INSTITUIÇÕES DE ENSINO DE SEGURANÇA PÚBLICA NO BRASIL	25
3.1.1. PERFIL DOS GESTORES DAS IESPS DO BRASIL	30
3.2. REQUISITOS PARA SELEÇÃO E FORMA DE INGRESSO NAS INSTITUIÇÕES DE ENSINO DE SEGURANÇA PÚBLICA	32
3.3. QUESTÕES GERAIS RELATIVAS AO PROCESSO FORMATIVO DOS PROFISSIONAIS DE SEGURANÇA PÚBLICA NO BRASIL	34
3.3.1. DURAÇÃO	35
3.3.2. CARGA HORÁRIA	37
3.3.2.1. Carga horária total	38
3.3.2.2. Educação a Distância - EaD	41
3.3.2.3. Carga horária mensal	43
3.3.2.4. Carga horária diária	45
3.3.3. TITULAÇÃO	47
3.4. AVALIAÇÃO DA ADERÊNCIA À MATRIZ CURRICULAR NACIONAL NOS CURSOS DE FORMAÇÃO	49
4. CONSIDERAÇÕES FINAIS E SUGESTÕES	56
5. APÊNDICE	62
6. REFERÊNCIAS	79

Deisele dos Santos F. Sales

Deaf da Santos F. Silva

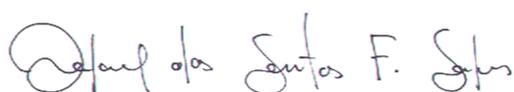
INTRODUÇÃO

O presente documento constitui a terceira entrega parcial referente ao Contrato N^o 2016/000063, firmado entre o Consultor Rafael dos Santos Fernandes Sales e o Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento, tendo como beneficiária a Secretaria Nacional de Segurança Pública (Senasp), órgão vinculado do Ministério da Justiça e Cidadania.

Tal Consultoria visa contribuir para o aperfeiçoamento da Matriz Curricular Nacional para Ações Formativas dos Profissionais da Área de Segurança Pública - MCN, auxiliando no seu aprimoramento teórico-metodológico, e melhor orientando as ações formativas dos profissionais da Polícia Militar, Polícia Civil e Corpos de Bombeiros Militar dos Estados e Distrito Federal. Consiste, nesse sentido, no mapeamento das Instituições de Segurança Pública no Brasil e na identificação das formas de ingresso nessas instituições, bem como na análise de suas respectivas grades curriculares e requisitos de seleção para os cargos públicos na área de Segurança Pública. Além disso, o mapeamento das Instituições de Ensino de Segurança Pública deverá subsidiar a Escola Nacional de Altos Estudos em Segurança Pública - ENAESP na formação da Rede Nacional de Instituições de Ensino de Segurança Pública.

Nesse contexto, o presente documento é o Relatório final de pesquisa, com dados quantitativos e qualitativos, descrevendo os requisitos para seleção e forma de ingresso nas Instituições de Ensino de Segurança Pública identificadas, a grade curricular dos cursos de formação e o título conferido ao profissional ao término do curso.

O presente documento está estruturado da seguinte maneira: O primeiro capítulo apresenta uma breve retomada do contexto em que se situa esta pesquisa, expondo os objetivos que a delinham. O segundo capítulo apresenta os aspectos metodológicos em uma perspectiva histórica da realização do trabalho de coleta dados e demais etapas. O terceiro capítulo, por sua vez, apresenta os resultados gerais encontrados. Por último, o capítulo 4 traz as conclusões a partir da análise dos dados, bem como um conjunto de sugestões para a administração pública.



1. CONTEXTUALIZAÇÃO E OBJETIVOS

A Matriz Curricular Nacional para Ações Formativas dos Profissionais da Área de Segurança Pública - MCN, se constitui em um referencial teórico-metodológico para orientar as ações formativas, inicial e continuada dos profissionais da Polícia Militar, Polícia Civil e Corpos de Bombeiros Militar dos Estados e Distrito Federal. É considerada por vários especialistas como um grande avanço conceitual na área formativa dos profissionais de Segurança Pública no Brasil, sobretudo por estar em conformidade com o Plano Nacional de Educação em Direitos Humanos (PNDH), de 2007 (RUIZ, 2014).

Após a revisão da MCN, ocorrida em 2014, a Secretaria Nacional de Segurança Pública, buscando direcionar as políticas públicas de ensino policial, abriu, em 2016, edital público para seleção de Consultor Individual para realizar o mapeamento das formas de ingresso nas Instituições de Segurança Pública no Brasil, procurando cadastrar tais instituições e conhecer melhor as grades curriculares dos cursos de formação, buscando sempre uma alinhamento e aderência com a referida Matriz.

Nesse sentido, o objetivo da Consultoria foi realizar atividades de pesquisa, coleta de dados e análises sobre o processo de ingresso nas corporações e a estrutura curricular dos cursos de formação das Instituições de Segurança Pública (Polícia Militar, Polícia Civil e Corpos de Bombeiros Militares). Para tanto, o trabalho de pesquisa foi orientado pelos seguintes objetivos:

Objetivo Geral

Realizar o levantamento de informações sobre o processo de qualificação dos profissionais da Segurança Pública no Brasil após seu ingresso nas corporações, por meio do mapeamento de Instituições, procedimentos, periodicidade e a estrutura curricular dos cursos de formação das Instituições de Segurança Pública (Polícia Militar, Polícia Civil e Corpo de Bombeiros Militar).

Adriana das Santos F. Silva

Objetivos Específicos

- Realização de cadastro de todas as Instituições de Ensino de Segurança Pública dos Estados e Distrito Federal (PM, PC e BM);
- Identificação e detalhamento da forma de ingresso nas Instituições de Segurança Pública, a grade curricular dos cursos de formação, bem como o título conferido ao profissional ao término do referido curso;
- Identificação das IESPs reconhecidas ou não pelo MEC ou Conselho Estadual de Educação como Instituição de Ensino Superior.

Espera-se que o conhecimento produzido com este estudo auxilie no fomento de políticas públicas para a padronização do ensino em Segurança Pública no Brasil, de acordo com a real necessidade das instituições e em perfeita harmonia e aderência com a Matriz Curricular Nacional. Na mesma esteira, o mapeamento das Instituições de Ensino de Segurança Pública irá subsidiar a Escola Nacional de Altos Estudos em Segurança Pública - ENAESP, na formação da Rede Nacional de Instituições de Ensino de Segurança Pública.

Adriana dos Santos F. Silva

2. RELATO HISTÓRICO-METODOLÓGICO

Para alcançar tal objetivo geral da pesquisa, várias etapas foram necessárias. O planejamento geral da pesquisa (especificado no Produto 1) previa um conjunto de procedimentos para coleta e análise dos dados, consoantes com o objeto de estudo delimitado no edital de contratação. Como demonstra a figura 1 (recuperada do Produto 1), estavam previstas sete atividades sequenciais relacionadas ao objeto de estudo.

Figura 1- Primeira previsão de etapas metodológicas de coleta de dados

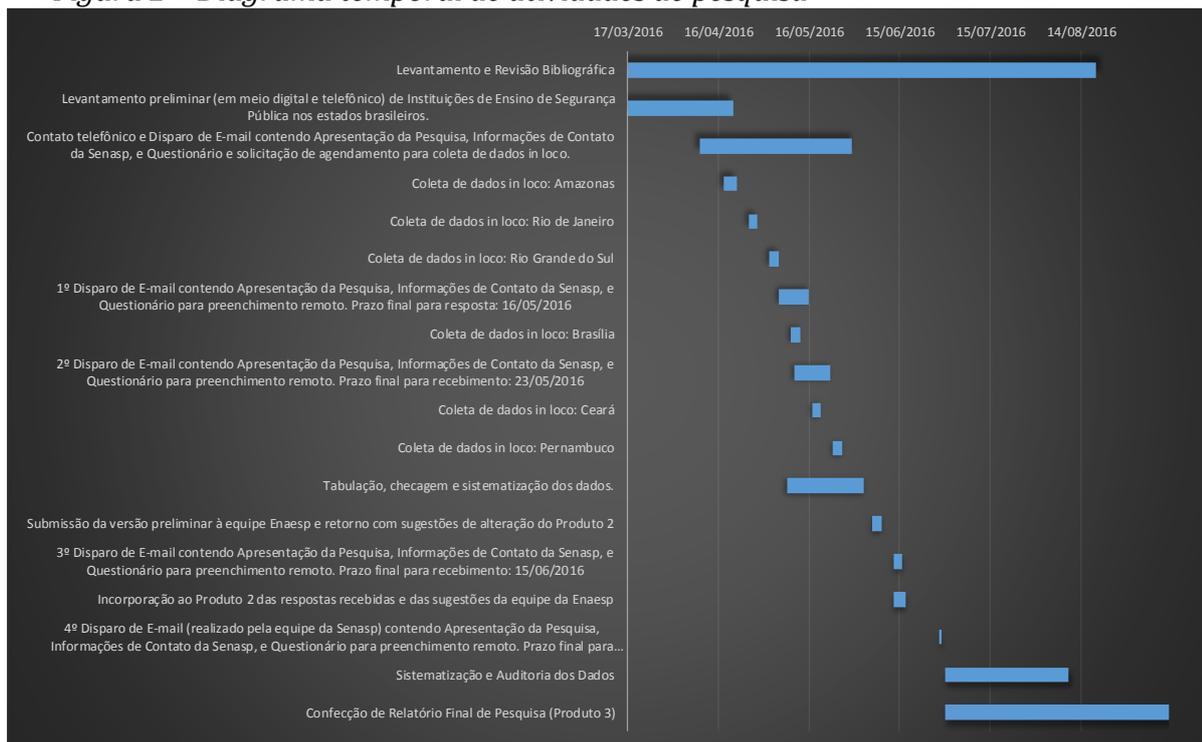


Fonte: Elaboração própria.

Contudo, o tempo exíguo, a distância entre as localidades e o grande número de subatividades que se desdobraram a partir destas inicialmente previstas geraram a necessidade de reestruturar esse processo. As atividades de pesquisa foram organizadas em a) Levantamento e Revisão Bibliográfica; b) Coleta de Dados (e suas sub-etapas); c) Sistematização e Auditoria dos Dados; e d) Confecção do Relatório, propriamente dita. A figura a seguir explicita as atividades realizadas em ordem cronológica.

Adriana dos Santos F. Silva

Figura 2 – Diagrama temporal de atividades de pesquisa



Fonte: Elaboração própria

2.1. Levantamento e Revisão bibliográfica

O levantamento e a revisão bibliográfica foram atividades contínuas durante o processo de pesquisa. Inicialmente, foram levantados textos acadêmicos e documentos de referência em Português, Inglês e Espanhol que versassem sobre a formação dos profissionais de Segurança Pública, sobre metodologias específicas de pesquisa quantitativa (*survey*) aplicados ao campo de estudo, bem como foram revisitados textos clássicos sobre crime, violência e Políticas Públicas de Segurança. Esse material constitui uma parte importante do *corpus* de pesquisa, sendo avaliada sua adequação durante a revisão bibliográfica. A incorporação dessa bibliografia foi realizada durante a construção do instrumento de pesquisa, da realização do Pré-Teste, na auditoria e sistematização dos dados coletados, bem como orientaram a análise dos dados. Foram considerados ainda nesse processo os insumos técnicos fornecidos pela Senasp¹.

¹ A Senasp/MJC forneceu previamente seu cadastro das Instituições de Ensino de Segurança Pública (IESPs) nos estados brasileiros, o qual se encontrava com defasagem de informações estimada em quatro anos. Encaminhou e sugeriu ainda a revisão bibliográfica dos seguintes documentos: Pesquisa Perfil das Instituições de Segurança Pública 2013 (MINISTÉRIO DA JUSTIÇA, 2014); Matriz Curricular Nacional para Ações Formativas dos Profissionais da Área de Segurança Pública (MINISTÉRIO DA JUSTIÇA, 2014); Mapeamento de Modelos de Ensino Policial e de Segurança Pública no Brasil (SANTOS; TEIXEIRA, 2013).

Adriana dos Santos F. Silva

2.2. Coleta de Dados

A unidade de análise desta pesquisa está centrada nas Instituições de Ensino de Segurança Pública (IESP) no Brasil. Dessa maneira, o universo de pesquisa que se estabelece aqui é o conjunto total de IESPs, distribuídas nas unidades federativas brasileiras. Trata-se de um *survey* interseccional², de caráter quantitativo, cuja coleta de dados foi realizada de maneira presencial, em um pequeno número de casos (5 estados), e de maneira remota, no restante dos casos.

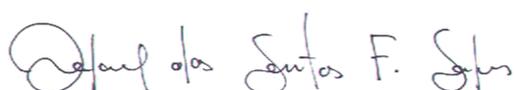
2.2.1. Seleção de Cidades para Coleta Presencial

A partir da revisão bibliográfica e dos insumos fornecidos pela equipe de desenvolvimento do projeto de implementação da ENAESP/SENASP, foi realizada ampla pesquisa em meio digital para mapeamento preliminar do universo de Instituições de Ensino em Segurança Pública no Brasil. Esse cadastro preliminar contabilizou um total de 123 Instituições de Ensino de Segurança Pública, distribuídas nos 26 estados brasileiros e no Distrito Federal.

Como a previsão contratual estabelecia que a coleta de dados deveria ser realizada de maneira presencial e remota, devido a questões orçamentárias, foi deliberado em reunião com a equipe de desenvolvimento do projeto de implementação da ENAESP/SENASP os critérios de seleção das cidades que receberiam tal coleta presencial. O Consultor construiu um conjunto de cenários, com diversificados critérios de seleção, para melhor avaliar a necessidade dessa etapa do trabalho, os quais foram apresentados à equipe em reunião realizada no dia 23 de março de 2016, na sede da Senasp, em Brasília. Na ocasião, ficou pactuado que, dentre os cenários apresentados pelo Consultor, seria utilizado como critério de seleção dos estados para coleta presencial o número de IESPs³ existentes em cada um deles. Assim, foram selecionados os estados com maior número de Instituições

² Em *surveys* interseccionais os dados são colhidos em um certo momento, para descrever determinada população (BABBIE, 1999), oferecendo um retrato temporal da realidade estudada.

³ Possivelmente o tamanho dos efetivos policiais seria também um critério válido, sendo inclusive apresentado pelo Consultor dentre os cenários possíveis. Contudo, uma compreensão importante que emergiu durante a reunião é a de que, quando se fala em efetivo policial, para fins de política pública, é desejável que essa proporção entre o tamanho do efetivo e o tamanho da população seja sempre a menor possível, isto é, menos pessoas por policial. Contudo, ao mesmo tempo em que se espera que os efetivos policiais sejam em uma proporção adequada ao tamanho da população, também é desejável que os efetivos sejam formados por profissionais capacitados e com os devidos recursos para atender a população. De outra forma, um número maior de pessoas sob responsabilidade das forças policiais reforça a necessidade de uma formação profissional consistente. O que justifica o foco específico nas Instituições de Ensino de Segurança Pública.



de Ensino de Segurança Pública, de acordo com o levantamento preliminar, limitando-se as visitas para coleta a um estado por Região⁴. Dessa maneira, foram selecionados os seguintes estados⁵:

Tabela 1 - Estados selecionados para coleta de dados presencial.

Região	UF	UF2	Nº de IESP
Centro-Oeste	DF	Distrito Federal	7
Nordeste	CE	Ceará	5
Norte	AM	Amazonas	6
Sudeste	RJ	Rio de Janeiro	8
Sul	RS	Rio Grande do Sul	10
Nordeste	PE	Pernambuco ⁶	5

Fonte: Elaboração própria.

2.2.2. Coleta Presencial

Após tal definição, foi iniciado o contato telefônico com os estados selecionados para agendamento da coleta de dados *in loco*. Foi realizado, em seguida, o disparo de e-mail para as IESPs do Amazonas, Rio de Janeiro, Rio Grande do Sul, Distrito Federal, Ceará e Pernambuco, contendo a) Apresentação da Pesquisa, b) Informações de Contato da Senasp, c) Questionário a ser aplicado pelo Consultor presencialmente e d) Solicitação de agendamento para coleta de dados *in loco*. Este processo foi desenvolvido durante o mês de abril de 2016 até a primeira semana de maio do mesmo ano, e ocorreu simultaneamente com a realização das visitas de campo às Instituições dos Estados.

A coleta presencial foi realizada efetivamente entre os dias 18 de abril de 2016 e 26 de maio de 2016, conforme cronograma a seguir:

Tabela 2 - Cronograma de coletas presenciais realizadas

Amazonas	18 a 20 de abril de 2016
Rio de Janeiro	26 a 28 de abril de 2016
Rio Grande do Sul	03 a 05 de maio de 2016
Distrito Federal	10 a 12 de maio de 2016
Ceará	17 a 19 de maio de 2016
Pernambuco	24 a 26 de maio de 2016

Fonte: Elaboração própria.

⁴ Foi definido ainda que o critério de desempate entre os estados seria o tamanho do efetivo policial, assim, em caso de empate seria selecionado o estado com maior efetivo.

⁵ Os estados do Ceará e da Paraíba ficaram empatados em termo do número de IESPs, sendo utilizado o critério de tamanho do efetivo policial para desempate.

⁶ Ficou definido ainda que seria realizada, complementarmente, a coleta presencial no estado de Pernambuco, tendo em vista ser o local de residência do Consultor e não implicar em custos adicionais ao projeto.

Adriana dos Santos F. Silva

Para acessar as Instituições presencialmente foram necessários vários contatos por meio telefônico e digital, estabelecendo um primeiro contato, buscando identificar os pontos focais, para fornecimento das informações necessárias, e agendando visita presencial para coleta de informações. Durante as visitas realizadas no estado do Amazonas foi executado o Pré-Teste do instrumento de pesquisa, conforme será especificado nas próximas sessões.

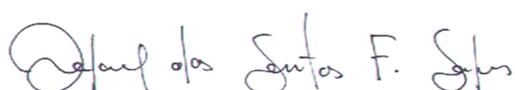
Durante a coleta presencial foi realizado também o contato com as demais IESPs que receberiam coleta de dados de maneira remota. Após o fim de toda coleta (presencial e remota), as informações passaram por processo de tabulação e auditoria, realizados pelo Consultor, para verificação de possíveis inconsistências, conforme descrito mais adiante.

2.2.3. Instrumento de Pesquisa

A partir dos insumos fornecidos pela contratante, foi construído questionário único⁷, envolvendo questões quantitativas e qualitativas para coleta remota e presencial. O questionário é um instrumento de pesquisa quantitativa, que visa medir com isenção e de maneira objetiva determinados aspectos da realidade de maneira fidedigna (BABBIE, 1999; GIL, 1999). Trata-se de uma técnica de investigação composta por um conjunto de questões que são submetidas a pessoas com o propósito de obter informações sobre conhecimentos, crenças, sentimentos, valores, interesses, expectativas, aspirações, temores, comportamento presente ou passado etc. (GIL, 1999).

Nesse contexto, o questionário único foi o instrumento de pesquisa utilizado tanto para coleta presencial quanto para coleta remota. Ele foi construído levando em consideração a clareza das questões, evitando perguntas duplicadas ou dúbias, apresentando o texto sempre de maneira objetiva, evitando itens negativos e/ou tendenciosos que confundissem o respondente (BABBIE, 1999; GIL, 1999; RICHARDSON, 1999). Da mesma maneira, alternativas foram construídas de forma clara, concreta e precisa, considerando o sistema de referência e as categorias simbólicas do respondente, bem como seu nível de informação, possibilitando interpretações únicas (sem dubiedade), com a adequada isenção na construção das afirmativas (BABBIE, 1999; GIL, 1999; RICHARDSON, 1999).

⁷ Versão preliminar e final disponível no Apêndice.



Assim, o questionário foi a ferramenta de registro de contatos, dados e de todo trabalho de campo de maneira unificada. Conforme previsto no plano de trabalho (Produto 1) apresentado anteriormente, o instrumento de pesquisa passou por modificações após realização do Pré-Teste, conforme explicitado na seção a seguir.

2.2.4. Pré-Teste

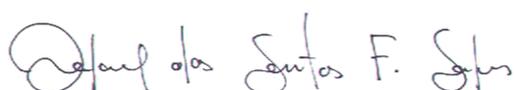
Os pré-testes correspondem a um procedimento padrão em pesquisas sociais para verificação da adequação do instrumento de pesquisa à realidade que se deseja conhecer. Ele permite avaliar o quanto as questões formuladas estão adequadas, a abrangência das alternativas de resposta, as dificuldades gerais da aplicação, bem como estimar o tempo e o custo necessários (BABBIE, 1999; GIL, 1999). Durante as visitas realizadas no estado do Amazonas foi executado o Pré-Teste do instrumento de pesquisa, o que evidenciou a necessidade de modificação de questões, inclusão de algumas perguntas e exclusão de outras.

Após o estado do Amazonas, apenas a versão final do questionário foi utilizada, seja na coleta presencial, seja na coleta remota. A versão preliminar e final do instrumento utilizado está disponível no Apêndice.

2.2.5. Coleta Remota

A coleta de dados remota foi iniciada ainda durante a realização da coleta presencial. Porém, do ponto de vista metodológico esse tipo de coleta possui algumas especificidades. Em geral, nessa modalidade, os questionários são administrados pelos próprios respondentes (chamados de questionários auto-administrados – *self-administered questionnaires*). Isto é, cabe ao próprio informante, sem auxílio direto do pesquisador, compreender e preencher as informações requeridas da forma que melhor lhe convier e de acordo com seu entendimento das questões levantadas (BABBIE, 1999; GIL, 1999; LOZANO et al., 2015; RICHARDSON, 1999).

Entre os dias 04 e 06 de maio de 2016, de forma simultânea à coleta presencial, foi realizado o 1º disparo de e-mails para as IESPs cadastradas. Foi enviado por e-mail a Carta de Apresentação, o questionário único e uma solicitação de preenchimento que estabelecia prazos (diferentes em cada



tentativa) para resposta. O prazo máximo inicialmente estabelecido para retorno/resposta das IESPs foi o dia 16 de maio de 2016 (10 dias corridos). Na resposta deveria conter o questionário respondido e os demais anexos solicitados.

Ao esgotamento do prazo, verificou-se que muitas das Instituições as quais foi enviado o e-mail não haviam respondido. Dentre os questionários que foram enviados, foram recebidos apenas 30% em um primeiro momento. Uma rápida revisão da literatura de *survey* mostra uma ampla variação de taxas de resposta. Como nos informa Babbie (1999):

(...) “Cada taxa pode vir acompanhada de uma afirmação como “Esta é considerada uma taxa de resposta relativamente alta para um survey desse tipo”. (Um senador americano fez esta declaração sobre uma pesquisa de constituintes cuja taxa de retorno foi de 4%). Apesar da grande variedade nas taxas de retorno e nas reações a elas podemos ter algumas regras básicas.

Uma taxa de resposta de pelo menos 50% é geralmente considerada adequada para análise e relatório. Uma taxa de resposta de pelo menos 60% é considerada boa, e uma taxa de 70% ou mais é considerada muito boa. (BABBIE, 1999. p. 253)”⁸

Desta forma, diante da baixa taxa de resposta apresenta no primeiro disparo, foram realizadas outras três tentativas, conforme cronograma a seguir.

Tabela 3- Cronograma de disparos de e-mails para coleta remota

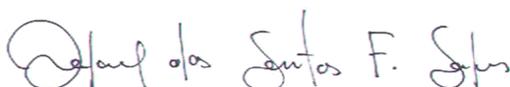
ATIVIDADE	DATA	PRAZO PARA RESPOSTA
1º Disparo de E-mail	06/05/2016	16/05/2016
2º Disparo de E-mail	11/05/2016	23/05/2016
3º Disparo de E-mail	13/06/2016	15/06/2016
4º Disparo de E-mail	28/06/2016	04/07/2016

Fonte: Elaboração própria

Segundo Babbie (1999), um intervalo razoável para realização de novas tentativas de contato e envio de correspondências de acompanhamento das respostas gira em todo de duas a três semanas. As correspondências de acompanhamento podem ser administradas de várias maneiras. Segundo ele,

“A mais simples é enviar aos que não responderam uma carta de encorajamento a participar. Um método ainda melhor é mandar uma nova cópia do questionário junto com a carta de acompanhamento. Se os respondentes em potencial não tiveram retornado os questionários após

⁸ Segundo o autor, as taxas de resposta relatadas foram obtidas quando se enviou questionários adicionais (BABBIE, 199. P. 252).



duas ou três semanas, há uma grande probabilidade de os questionários não terem chegado ou terem sido perdidos. Receber uma carta de acompanhamento pode encorajar os respondentes a procurarem o questionário original, mas se ele não for encontrado facilmente, a carta pode ir para o lixo (BABBIE, 199. P. 252).

Dessa maneira, as Instituições foram novamente contatadas, seguindo as recomendações encontradas na bibliografia especializada. Foram realizados contatos telefônicos e reenviadas as correspondências digitais para checar o recebimento da mensagem sobre a pesquisa e remarcar um novo prazo para o retorno das informações. Até o dia 03 de junho de 2016, 36% das Instituições haviam enviado o formulário devidamente respondido, enquanto 64% das Instituições permaneceram com o envio de informações pendentes.

Como estratégia para reforçar o pedido de colaboração às IESPs, foi realizado o 3º disparo de e-mails, entre os dias 13 e 15 de junho de 2016, com prazo final para resposta até o dia 15 de junho de 2016, até às 23h59min⁹. No corpo do e-mail foram colocadas informações de datas e contatos feitos anteriormente com cada Instituição. Todas as comunicações realizadas pelo Consultor com as IESPs foram apensadas e disponibilizadas à equipe de desenvolvimento do projeto de implementação da ENAESP/SENASP.

Ao final desse processo, um total de 102 IESPs ¹⁰foram contabilizadas na planilha, dentre as quais 60 (59%) enviaram a documentação nos prazos anteriormente indicados. Outros 41%, correspondente a 42 IESPs, não responderam às sucessivas solicitações de informações, tampouco justificaram a abstenção.

Em um último esforço de sensibilização das Instituições não respondentes, a equipe técnica de desenvolvimento do projeto de implementação da Escola Nacional de Altos Estudos em Segurança Pública – ENAESP/SENASP enviou uma 4ª solicitação de informações. Este quarto disparo de e-mails foi realizado no dia 28 de junho de 2016, com indicação de novo prazo para resposta até 04 de julho de 2016. A figura a seguir demonstra a evolução da taxa de resposta total obtida após as quatro tentativas.

⁹ Nessa ocasião, cada e-mail foi enviado com cópia para o e-mail da ENAESP (enaesp.senasp@mj.gov.br), por solicitação da equipe de desenvolvimento do projeto de implementação da ENAESP/SENASP.

¹⁰ Embora inicialmente tenham sido contabilizadas 123 IESPs, a partir do cadastro fornecido pela SENASP (que se encontrava com defasagem de informações estimada em quatro anos), o trabalho de campo refinou esse dado, identificando Telecentros e Instituições que não se encontram mais em funcionamento ou passaram por mudanças institucionais nos respectivos estados. Foi realizado também um filtro nos dados cadastrais, separando órgãos de Gestão do Ensino e IESPs propriamente ditas. Na penúltima versão do cadastro constam 102 IESPs e 15 Órgãos de Ensino.

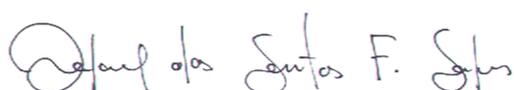
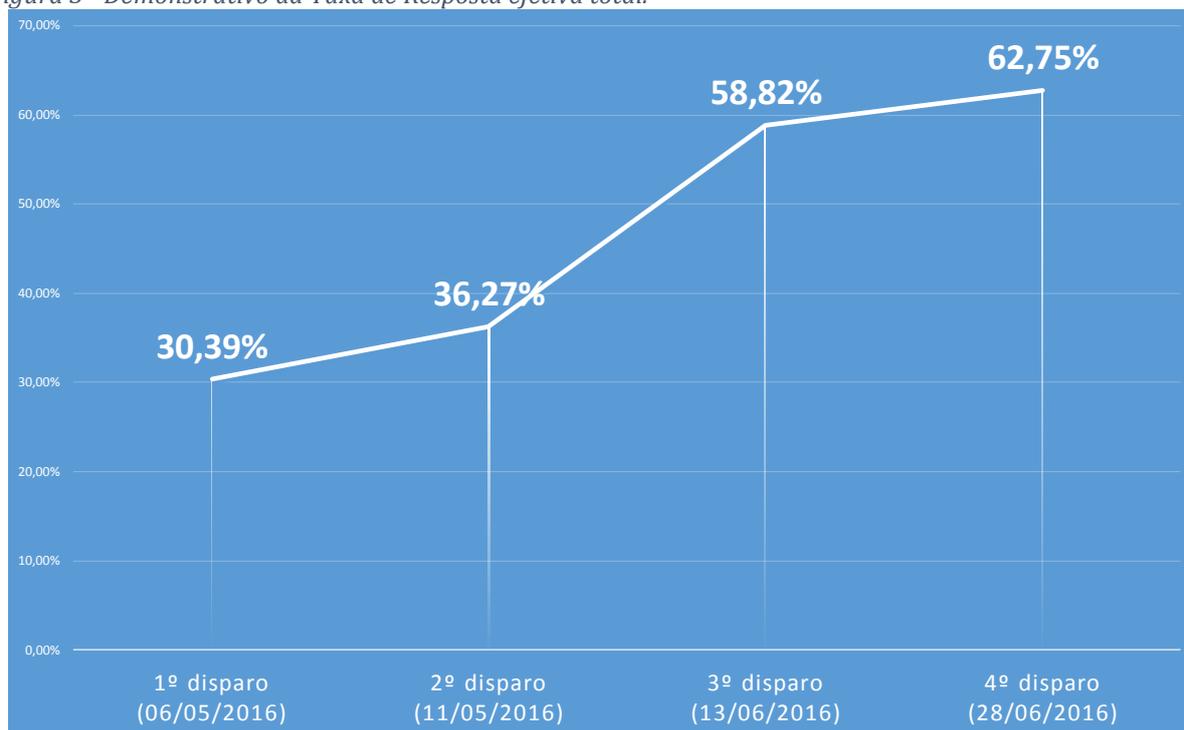


Figura 3 - Demonstrativo da Taxa de Resposta efetiva total.



Fonte: Elaboração própria a partir de dados coletados junto às IESPs por meio de questionário específico.

Após a última tentativa, foram obtidos 62,75% de Instituições respondentes. Nesse contexto, conforme a discussão feita por Babbie (1999) e apresentada anteriormente, considera-se que “uma taxa de resposta de pelo menos 60% é considerada *boa*” (Babbie,1999. p. 253). Importante salientar, contudo, o interesse do Consultor e da equipe de desenvolvimento do projeto de implementação da ENAESP/SENASP em obter o número máximo de respostas possível. As dificuldades de obter uma taxa mais alta de respostas são narradas na seção a seguir.

2.3. Imponderáveis do Campo

Embora o planejamento típico da pesquisa social vise delinear os caminhos pelos quais o trabalho alcançará os objetivos propostos, uma série de aspectos não controláveis pelo pesquisador tendem a se impor em campo. Um conjunto desses aspectos, embora não sejam completamente desconhecidos do pesquisador, simplesmente não encontram facilidade para serem desviados. Outro conjunto desses aspectos são especificamente relacionados ao objeto de estudo e ao contexto social e histórico em que a pesquisa ocorre.

Adriana dos Santos F. Silva

Vários autores falaram detidamente sobre o assunto. Em os Argonautas do Pacífico Ocidental, Bronislaw Malinowski (1976) relata os “imponderáveis da vida real”, onde se refere às ações práticas, corriqueiras do nativo e que não são facilmente captadas pelo pesquisador. Howard Becker (2008), por exemplo, faz um excelente exercício metodológico ao pesquisar a relação entre estilo de vida e comportamento desviantes entre músicos de jazz dos Estados Unidos, superando um conjunto de dificuldades para acessar dados sobre crime. Vagner Gonçalves da Silva (2000) também traz uma série de relatos sobre os imponderáveis do campo relacionados às pesquisas antropológicas sobre religiões afro-brasileiras. Mesmo esses autores relatando situações na coleta de dados em temas específicos, de maneira geral, elas servem de aprendizado para qualquer empreendimento de pesquisa social em qualquer tema.

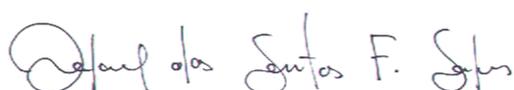
O objetivo dessa seção não é fazer uma discussão exaustiva sobre metodologia de pesquisa e campo. Mas apontar que essas dificuldades são quase sempre inerentes à pesquisa social, independente do planejamento realizado inicialmente. Por esse motivo, é importante relatar algumas dificuldades iniciais relacionadas ao processo de coleta de dados realizado anteriormente, o qual é parte fundamental para confecção deste relatório.

A primeira dificuldade enfrentada se refere a indisponibilidade de informações sobre as IESPs em meio digital. Poucas Instituições de Ensino possuem página *on line* específica, ou mesmo informações atualizadas disponíveis. É bastante comum encontrar a página geral da corporação ou mesmo da Secretaria de Estado a que está vinculada. Da mesma maneira um conjunto considerável de Instituições não possuem telefone fixo ativo, dificultando não apenas o trabalho do pesquisador, mas também o acesso de qualquer cidadão.

Outro aspecto percebido em vários estados se refere ao mal funcionamento dos e-mails institucionais. Em várias situações os e-mails rejeitaram mensagens enviadas, ou simplesmente não funcionavam. Em alguns estados é bastante corriqueiro encontrar Instituições Públicas utilizando serviços de e-mail gratuitos como forma de suprir essa necessidade de comunicação eficaz.

Em alguns poucos estados, os gestores apresentaram certo receio no fornecimento de informações ao pesquisador, situação que foi rapidamente contornada pelos contatos diretos realizados com a equipe técnica de desenvolvimento do projeto de implementação da ENAESP/SENASP, por meio dos dados disponibilizados no e-mail padrão enviado às Instituições.

Por último, é importante relatar que um conjunto de Instituições foi devidamente contatada pelo pesquisador, mas não respondeu à solicitação feita, tampouco enviou qualquer justificativa para o



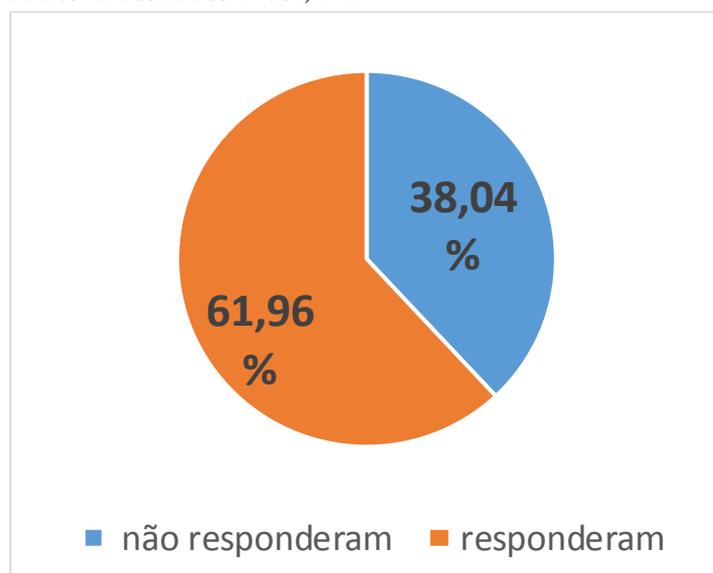
não fornecimento dos dados. A referida sub-notificação da pesquisa já era prevista, tendo em vista que uma característica da pesquisa social é que ela conta com a disponibilidade das pessoas (informantes da pesquisa) em colaborar, não podendo forçá-las a uma participação. Visando contornar essa questão, conforme exposto anteriormente, a equipe de desenvolvimento do projeto de implementação da ENAESP/SENASP procedeu um esforço adicional de contatar as Instituições não respondentes. As respostas recebidas foram apensadas à planilha entregue no Produto 2 que, por sua vez, foram atualizadas neste Produto, conforme acordado com os gestores do projeto.

2.4. Sistematização e Auditoria dos Dados

A fase de sistematização e auditoria de dados é fundamental para o processo de pesquisa. Os dados foram sistematizados em bases de dados separadas por corporação. Em seguida, foi realizado o processo de “limpeza dos bancos”, retirando inconsistências e checando a integridade geral das variáveis. Após a limpeza, foram realizados os procedimentos de cálculo de variáveis decorrentes para, em seguida, serem geradas as análises. Foi utilizado o software SPSS (*Statistical Package for the Social Sciences*) para análise dos dados e o Microsoft Office para confecção e formatação dos gráficos e tabelas.

Na fase de **Cadastro Geral das IESPs**, o objetivo era dar acesso ágil às Instituições e seus gestores, privilegiando o contato, e não a estrutura organizacional, necessariamente. Dessa maneira, o cadastro inicial, que possui **123 IESPs** foi refinado, eliminando-se instituições não existentes ou relacionadas inadequadamente como Instituições de Ensino, e separando aqueles órgãos identificados como Diretorias/Departamentos/Gerências/Coordenadorias de Ensino, em Órgão de Gestão do Ensino. Nessa penúltima etapa, foram encontradas **102 entradas** referentes à **IESPs**, e mais **15 entradas** referentes a **Órgãos de Gestão do Ensino**.

Gráfico 1- Taxa de IESPs respondentes após sistematização e auditoria dos dados. Brasil, 2016.



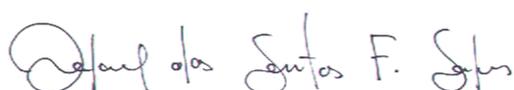
Fonte: Elaboração própria a partir de dados coletados junto às IESPs por meio de questionário específico.

Adriana S. F. Silva

Porém, para fins de análise, o foco é a Instituição em si, e não sua estrutura organizacional. Nesse sentido, algumas entradas referentes a uma mesma Instituição foram unificadas. Por exemplo, O IESP do Amazonas possui quatro *campus* distintos, nos quais são distribuídas as atividades da Instituição. No primeiro cadastro de IESPs isso gerou cinco *entradas* de contatos (uma para cada *campus*) e mais uma *entrada geral* com os contatos da Instituição, facilitando o contato direto com os gestores de cada *campus*. Contudo, essas múltiplas entradas de uma mesma IESP poderia gerar redundância na contabilização das variáveis, ocasionando viés na análise. Por esse motivo, nesse segundo momento, para fins de análises de dados, estas entradas múltiplas foram unificadas. Se antes tínhamos cinco entradas para o IESP do Amazonas, nesse segundo momento tais entradas foram transformadas em apenas uma. Isso implicou em uma redução virtual do número de IESPs mensurado anteriormente. Porém, acredita-se que esta é a maneira mais adequada de evitar análises cíclicas (com múltiplas contagens de um mesmo evento) ou qualquer imprecisão ou viés nas análises.

Na fase de análise aprofundada dos dados, portanto, **o número total de IESPs encontradas no Brasil foi de 92**. Destas, 35 Instituições (38,04%) não enviaram informação alguma¹¹, apesar das sucessivas tentativas. Porém, 57 Instituições (61,96%) enviaram seus dados, ocasionando uma taxa de resposta um pouco inferior à que foi apontada anteriormente. De qualquer maneira, considera-se que esta é uma amostra bastante representativa do universo estudado.

¹¹ Ressalta-se que os dados dessas 35 IESPs foram validados no Cadastro Geral a partir da pesquisa remota realizada pelo Consultor, com base nos dados fornecidos pela equipe técnica de desenvolvimento do projeto de implementação da ENAESP/SENASP.



3. RESULTADOS

O objetivo deste capítulo é apresentar os resultados gerais obtidos após todo processo de pesquisa. São exibidas, portanto, informações sobre o processo de qualificação dos profissionais da Segurança Pública no Brasil após seu ingresso nas corporações, procedimentos, periodicidade e a estrutura curricular dos cursos de formação das Instituições de Segurança Pública (Polícia Militar, Polícia Civil e Corpos de Bombeiros Militar).

Santos e Teixeira (2013), no Mapeamento de Modelos de Ensino Policial e de Segurança Pública no Brasil, fazem um comparativo entre as reformas policiais ocorridas em países como Estados Unidos, França, Inglaterra e Alemanha, e a realidade da reforma ocorrida no Brasil. Os autores discorrem sobre o processo de formação policial nos países elencados e pontuam os seguintes tipos de educação policial: “Autoritário; Dogmática Jurídica; Militarizado; Profissional; Polícia Comunitária; Segurança Cidadã” (SANTOS; TEIXEIRA, 2013. p.37). Sobre estes modelos os autores afirmam que “os três primeiros tipos revelam uma crise da educação policial, pois não mais respondem às realidades do Século XXI. Já os três tipos seguintes – Profissional, Polícia Comunitária e Segurança Cidadã – aparecem em distintas combinações, mas revelam as novas orientações da Educação Policial na Era da Mundialização das Conflitualidades (SANTOS; TEIXEIRA, 2013. p.38).

Estes modelos pautam o processo de formação dentro das organizações policiais, são a base para o desenvolvimento de um modelo educacional policial e são responsáveis também pela forma da atuação destes profissionais na realidade cotidiana (SANTOS; TEIXEIRA, 2013).

Distinções podem ser feitas entre educação e treinamento. Em geral, educação era vista como o desenvolvimento de habilidades para conceitualizar e expandir o processo de aprendizagem analítico e teórico, enquanto treinamento (training) envolve obter as habilidades necessárias para realizar tarefas e objetivos imediatos das operações policiais. (KRATCOSKI; DAS, 2004. p.4). Poncioni (2005) afirma que “não há modelos puros, unidimensionais, como também não há práticas policiais genuínas que envolvam uma só dimensão”. No caso brasileiro, a autora coloca a emergência do modelo de polícia ao qual ela define como “profissional tradicional”, sendo este um modelo que reforça os aspectos legalistas do trabalho policial, em um arranjo burocrático militar com ênfase no controle do crime.

Contudo, o processo de formação do policial nas academias é apenas a primeira parte da formação deste profissional, o da incorporação do *habitus* como colocado do que realmente é ser um policial. A complementação deste processo ocorre nas ruas e nos locais de atuação deste profissional.

Adriana dos Santos F. Silva

E, em muitos casos há um descompasso entre o que foi aprendido na academia e a realidade que o policial terá que lidar na prática (BRAND; TOLFO, 2012; SIRIMARCO, 2009, 2013). Trataremos aqui, portanto, desta primeira etapa.

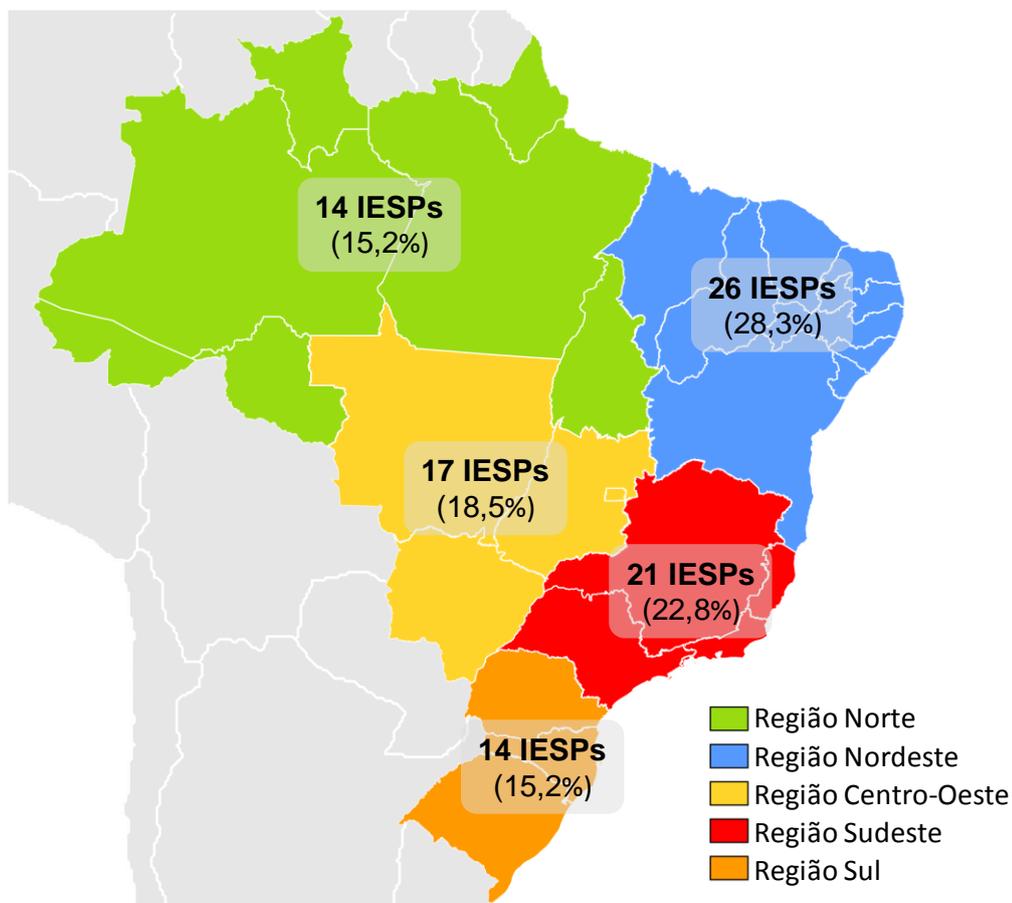
O capítulo está organizado a partir dos objetivos específicos expostos anteriormente. Dessa maneira, a primeira seção faz uma descrição geral das Instituições de Ensino de Segurança Pública dos Estados e Distrito Federal (PM, PC e BM). A segunda seção discorre sobre as formas de ingresso nas Instituições de Segurança Pública, bem como o título conferido ao profissional ao término do referido curso. Por último, é apresentada uma análise das grades curriculares dos cursos de formação, bem como uma avaliação acerca da aderência à Matriz Curricular Nacional.

3.1. Panorama das Instituições de Ensino de Segurança Pública no Brasil

O processo de pesquisa efetuado teve como objetivo primordial mapear as Instituições de Ensino de Segurança Pública no Brasil. Conforme exposto anteriormente, ao todo foram identificadas **92 Instituições de Ensino de Segurança Pública no Brasil**. Do ponto de vista geográfico, tais instituições estão distribuídas ao longo do território nacional como demonstra a figura a seguir. A região brasileira com maior número de Instituições é a Região Nordeste, com 26 IESPs. Em segundo lugar, está a Região Sudeste, com 21 IESPs, seguida da Centro-Oeste, com 17, que por sua vez é seguida pelas regiões Norte e Sul, ambas com 14 IESPs.

Adriano da Silva F. Silva

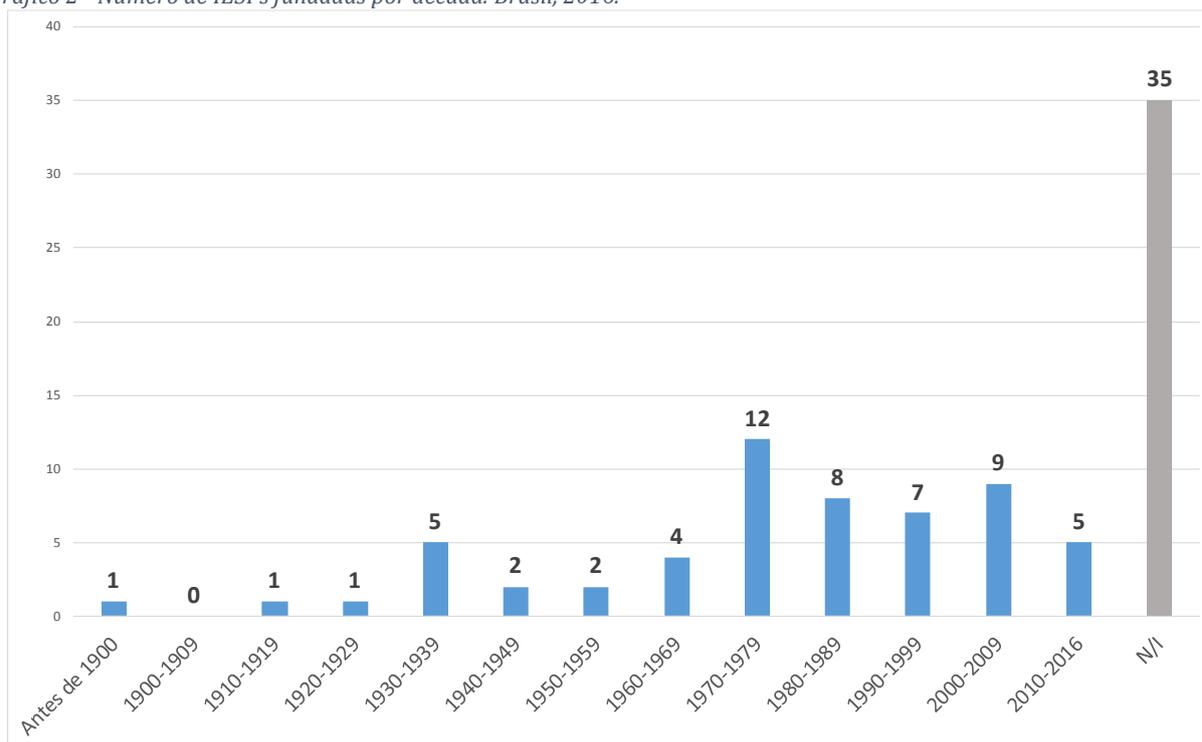
Figura 4 - Distribuição de Instituições de Ensino de Segurança Pública por região. Brasil, 2016.



Fonte: Elaboração própria a partir de dados coletados junto às IESPs através de questionário específico.

Do ponto de vista temporal, essas Instituições foram fundadas ao longo do século XX e XXI. A mais antiga delas, o Centro de Educação da Polícia Militar da Paraíba, foi fundada ainda durante o Império, em 1832, no ensejo da constituição do Corpo de Guardas Municipais Permanentes da Paraíba, que depois viria a se tornar a Polícia Militar daquele estado. O gráfico a seguir mostra uma distribuição por décadas dos anos de fundação das Instituições de Ensino de Segurança Pública no Brasil.

Gráfico 2 - Número de IESPs fundadas por década. Brasil, 2016.



Fonte: Elaboração própria a partir de dados coletados junto às IESPs através de questionário específico.

Observa-se, portanto, uma maior ocorrência de novas Instituições de Ensino de Segurança Pública a partir da década de 1970. Possivelmente, devido ao aumento da criminalidade (ou da percepção da criminalidade) nas metrópoles brasileiras a partir dessa década, como argumenta Michel Misse (1995):

Durante toda a década de setenta, o aumento da violência urbana e o crescimento do crime organizado ganham plena visibilidade na mídia, bem como a percepção social das populações urbanas, medidas pelas pesquisas de opinião. Uma reportagem do JB, matéria de primeira página, de 22/9/1974, um domingo, reúne em seu título e subtítulos os principais ingredientes da temática que se colocava: "Índice de criminalidade sobe em todo o país"; "assaltos no Rio já se aproximam do milésimo"; "pivetes aperfeiçoam técnicas em São Paulo"; "polícia quer pessoal e equipamento"; "explicações só levam à polêmica".(MISSE, 1995. p. 4)

Cabe destacar que a ocorrência de Academias Integradas, nesse contexto, só se dá nos anos 2000. A primeira academia integrada no Brasil foi fundada em 2002, no Maranhão¹². O modelo de Academias Integradas no Brasil parte de um esforço de gerar pontos de convergência na atuação profissional, orientados pelo paradigma da autonomização moral e intelectual e tendo como

¹² Academia Integrada de Segurança Pública (MA)

ACADEMIAS INTEGRADAS DO BRASIL

- Centro Integrado de Ensino e Pesquisa de Segurança Pública Francisco Mangabeira (AC) – fundado em 2007;
- Academia Integrada de Formação e Aperfeiçoamento - AIFA (AP) – fundada em 1997;
- Instituto Integrado de Ensino de Segurança Pública - IESP (AM) – fundado em 2007;
- Academia Estadual de Segurança Pública (CE) – fundada em 2010;
- Academia Integrada de Segurança Pública (MA) – fundada em 2002;
- Instituto de Ensino de Segurança do Pará (PA) – fundado em 1999;
- Academia Integrada de Defesa Social - ACIDES (PE) – fundada em 2005;
- Academia de Polícia Integrada Coronel Santiago – (RR) – fundada em 2011.

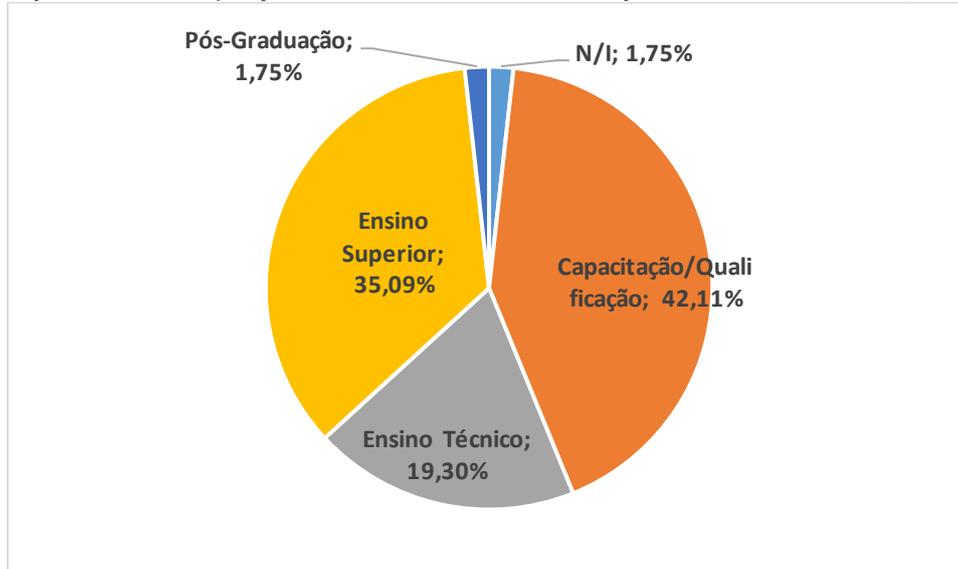
perspectiva as análises complexas da sociedade no Século XXI, incorporando saberes críticos em Ciências Humanas e Jurídicas. Atualmente apenas 8,7% das IESPs brasileiras seguem um modelo de Ensino Integrado. Em alguns casos, a existência da academia integrada coexiste com modelos mais tradicionais de ensino, como são os casos de Manaus e do Maranhão.

Ao analisarmos o nível de ensino oferecido nas IESPs, verifica-se que o principal tipo de formação dedicado aos profissionais se configura como um processo de capacitação/qualificação, com um percentual de 42,11%. Isto é, considerável parte dos cursos oferecidos para formação dos profissionais de segurança pública no Brasil é realizada em um formato livre, composto de cursos criados pelas próprias corporações, sem necessariamente conferir qualquer tipo de titulação ou reconhecimento acadêmico.

Contudo, uma parte significativa das IESPs tem atuado na oferta de cursos superiores em Segurança Pública, já contabilizando cerca de 35% do total de Instituições do Brasil¹³. Outros 19,3% das IESPs tem ofertado ainda cursos de formação em nível técnico, conforme demonstra o gráfico a seguir.

¹³ Em alguns casos, os cursos têm sido oferecidos em parceria com Instituições de Ensino externas às corporações estaduais, permitindo conferir titulação superior aos cursos ministrados, com reconhecimento do Ministério da Educação.

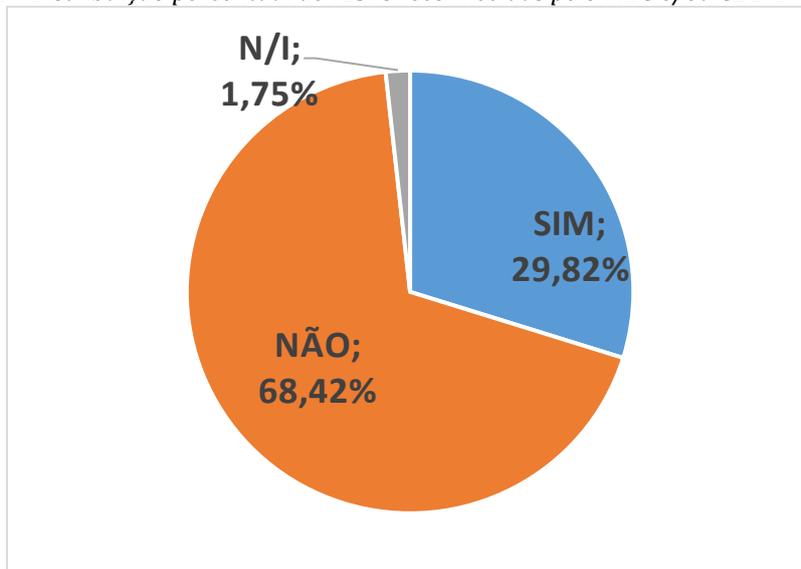
Gráfico 3 - Distribuição percentual¹⁴ do Nível de Ensino oferecido nas IESPs. Brasil, 2016.



Fonte: Elaboração própria a partir de dados coletados junto às IESPs por meio de questionário específico.

Dentre as IESPs pesquisadas apenas 29,82% possui algum tipo de reconhecimento de órgão relacionada ao campo educacional, neste caso, Ministério da Educação ou Conselho Estadual de Educação (CEE)¹⁵. Ou seja, 17 são Instituições de Ensino Superior. A absoluta maioria das IESPs (68,42%) não possui qualquer tipo de reconhecimento dos cursos que oferece, conforme demonstra o gráfico a seguir.

Gráfico 4 - Distribuição percentual de IESPs reconhecidas pelo MEC e/ou CEE. Brasil, 2016.



Fonte: Elaboração própria a partir de dados coletados junto às IESPs por meio de questionário específico.

¹⁴ Por padrão, estão sendo utilizadas duas casas decimais na exibição dos dados em gráficos e ao longo do texto. O arredondamento visa permitir a melhor visualização dos dados, não alterando a distribuição em si, e sendo o total sempre 100%.

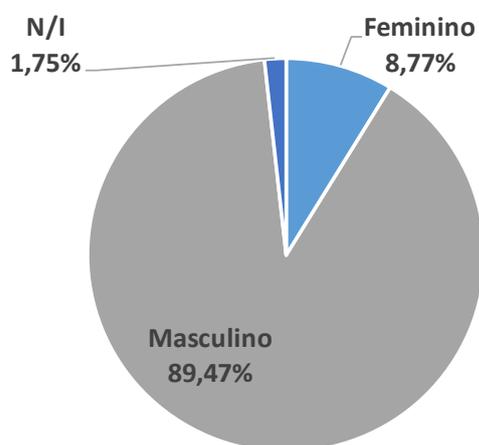
¹⁵ Dentre as IESPs reconhecidas, apenas o Instituto Superior de Ciências Policiais – ISCP, vinculado à Polícia Militar do Distrito Federal possui reconhecimento do Ministério de Educação, através da Portaria 716 de 08/08/2013. Atualmente a instituição tem autorização para ofertar dois Cursos Superiores: Bacharelado em Ciências Policiais (3.220h) e Tecnológico em Segurança Pública (1.780h). Além disso, tem autorização também para ofertar 4 especializações: Docência do Ensino Superior (400h), Especialização em Ciências Policiais - CAO (506h), Gestão Estratégica em Segurança Pública - CAE (506), e Polícia Judiciária Militar (800h).

Adriana dos Santos F. Silva

3.1.1 Perfil dos Gestores das IESPs do Brasil

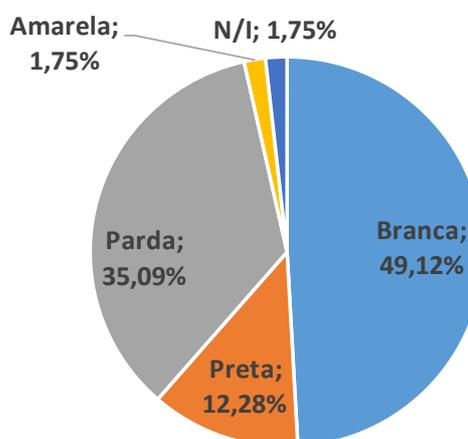
Ao analisarmos o perfil dos gestores das Instituições de Ensino de Segurança Pública, verificamos o seguinte: Quanto ao sexo, predominam os gestores do sexo masculino, ocupando o cargo de comando/diretoria geral, com quase 90%. As mulheres representam menos de 10%. E, em menos de 2%, não foi possível saber sobre o sexo do gestor.

Gráfico 5 - Distribuição percentual da definição de sexo dos Gestores das IESPs. Brasil, 2016.



Fonte: Elaboração própria a partir de dados coletados junto às IESPs por meio de questionário específico.

Gráfico 6 - Distribuição percentual da definição no quesito raça/cor dos Gestores das IESPs. Brasil, 2016.



Fonte: Elaboração própria a partir de dados coletados junto às IESPs por meio de questionário específico.

Quando o quesito é cor/raça¹⁶, metade dos gestores que ocupam o cargo de Diretoria/Chefia/Comando¹⁷ das IESPs do Brasil são brancos, com 49,12%. Apenas 12,28% são de raça/cor preta. No entanto, 35,09% desses gestores se autodeclararam pardos. No Brasil, a categoria parda é utilizada para classificar as pessoas que não se identificam nem como brancas, nem como pretas. Nesse sentido, parda é a cor/raça muito mais da indefinição do que da afirmação. É importante

¹⁶ Dados coletados a partir da autodeclaração dos respondentes.

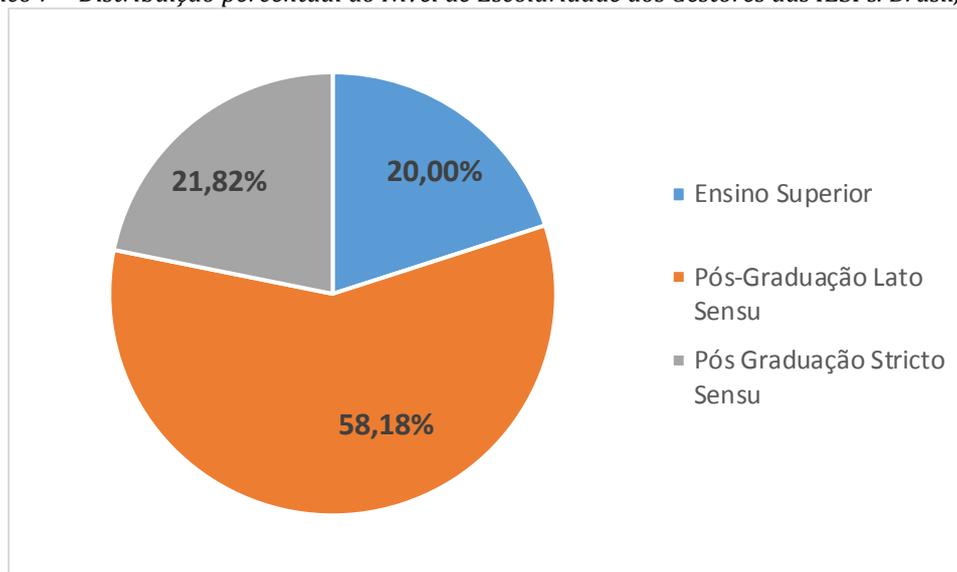
¹⁷ Em algumas IESPs a gestão da Instituição é realizada por um Comandante. Em outros casos, existe a figura do Diretor Geral. De qualquer maneira, em ambas situações está se referindo à instância máxima de gestão da Instituição de Ensino.

Adriana dos Santos F. Silva

ponderar que as desigualdades de raça existentes no Brasil colaboram para a afirmação dessa categoria parda. Baseando-se nisso, pode-se somar pretas e pardas numa única categoria de “não-brancos”, se o intuito é comparar do ponto de vista da desigualdade em relação as pessoas brancas. Contudo, tal operação não foi realizada aqui porque, muitas vezes, sem a devida ressalva, tal procedimento pode dar a entender uma pseudo-igualdade.

Em relação ao nível de escolaridade dos gestores de IESPs, observa-se que a absoluta maioria possui algum nível de pós-graduação, chegando a 80%, se considerarmos as *modalidades stricto sensu* (Mestrado Acadêmico, Mestrado Profissional, Doutorado) e *lato sensu* (Especialização, MBA)¹⁸. Apenas 20% dos gestores possuem apenas graduação. Cabe destacar que não foram encontrados comandantes/diretores de IESPs com formação inferior à graduação, conforme demonstra o gráfico a seguir.

Gráfico 7 - Distribuição percentual do Nível de Escolaridade dos Gestores das IESPs. Brasil, 2016.



Fonte: Elaboração própria a partir de dados coletados junto às IESPs por meio de questionário específico.

¹⁸ Em conformidade com o Art. 44, inciso III, da Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional.

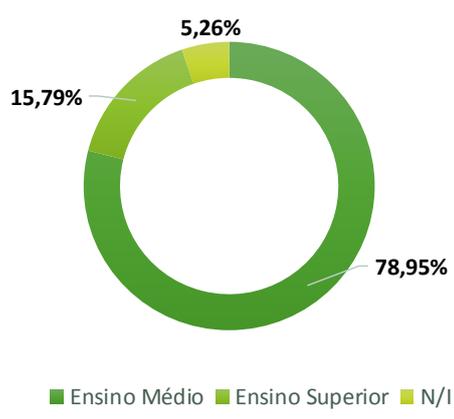
Adriana dos Santos F. Silva

3.2. Requisitos para Seleção e Forma de Ingresso nas Instituições de Ensino de Segurança Pública

A partir da Constituição Federal de 1988 (art. 37, incisos I e II), a investidura em cargo ou emprego público passa a depender de aprovação prévia em concurso público, por meio de provas ou de provas e títulos, sendo a norma válida para administração pública direta e indireta de qualquer dos Poderes da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios (BRASIL, 1988). Por esse motivo, em todos os casos, o acesso à carreira das corporações estaduais, seja bombeiros militares, policiais militares ou policiais civis, é feita a partir de concurso público. Contudo, os requisitos para acesso à carreira tendem a variar.

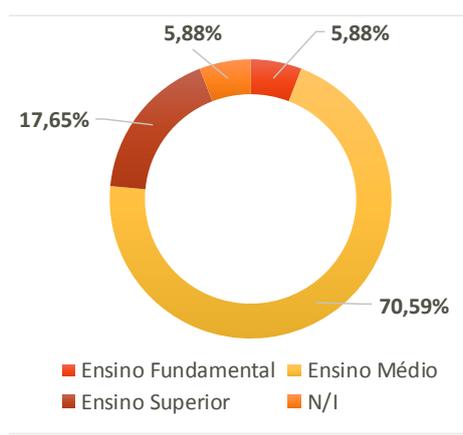
Em termos gerais, há um grupo de exigências comuns a maioria dos concursos: nacionalidade brasileira, quitação das obrigações militares, gozo dos direitos civis e políticos, etc. Do ponto de vista das etapas do processo seletivo, é corriqueiro haver a) uma exame escrito, geralmente com questões objetivas; b) um exame de Aptidão Física (também conhecido como TAF – Teste de Aptidão Física); c) uma Avaliação Médica e Psicológica; e, por último, d) uma fase de Investigação Social, que tendencialmente se inicia após a aprovação na primeira etapa do concurso e se estende até, algo em torno de, 90 a 120 dias.

Gráfico 8 - Distribuição percentual dos requisitos educacionais para ingresso na carreira de soldado da Polícia Militar. Brasil, 2016.



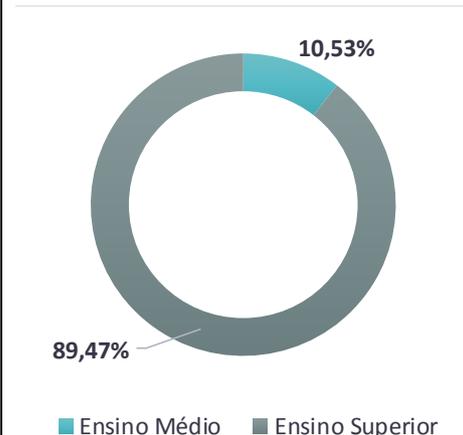
Fonte: Elaboração própria a partir de dados coletados junto às IESPs por meio de questionário específico.

Gráfico 9 - Distribuição percentual dos requisitos educacionais para ingresso na carreira de soldado do Corpo de Bombeiros Militar. Brasil, 2016.



Fonte: Elaboração própria a partir de dados coletados junto às IESPs por meio de questionário específico.

Gráfico 10 - Distribuição percentual dos requisitos educacionais para ingresso na carreira de agente/escrivão da Polícia Civil. Brasil, 2016.



Fonte: Elaboração própria a partir de dados coletados junto às IESPs por meio de questionário específico.

Adriana da Silva F. Silva

Conforme demonstram os gráficos acima, para ingresso na carreira de soldado da Polícia Militar predomina a exigência de nível médio (78,95%). Há ainda considerável solicitação de nível superior para ingresso nesta carreira (15,79%), não tendo sido encontrados casos em que a exigência seja de Ensino Fundamental¹⁹.

Predominância idêntica vai ser observada entre os Corpos de Bombeiros Militares, nos quais mais de 70% dos casos requer Ensino Médio para ingresso como soldado, seguido de 17,65% em que é exigido Ensino Superior e de 5,88% em que é requisitado Ensino Fundamental.

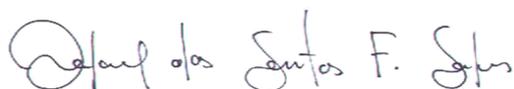
O cenário da Polícia Civil, contudo, é consideravelmente distinto. Na corporação a exigência de nível superior é predominante, com quase 90% dos casos, e com 10,53% de casos em que se solicita o Ensino Médio. Também aqui não foram encontrados casos com exigência mínima de Ensino Fundamental.

Em última análise, o que se depreende dos dados é uma exigência mais operacional para os cargos da base hierárquica das corporações militares (PM e BM), com nível educacional para ingresso de baixa complexidade (Ensino Médio e Ensino Fundamental), com escassos casos em que é requisitado o Ensino Superior. Enquanto, claramente, na Polícia Civil exige-se formação compatível com o pensamento crítico.

Usando dados de uma amostra de pesquisa nacional representativa para os Estados Unidos, Telep (2008) argumenta que o ensino superior, em qualquer nível, tem algum impacto benéfico sobre abuso de atitudes de autoridade, embora isso não implique, necessariamente, na necessidade imediata de que os departamentos aumentem os padrões educacionais ou exijam um grau de quatro anos antes de contratar (TELEP, 2008). Mas certamente um argumento importante sobre o tópico vem de Fyfe et al. (1997), a polícia tem uma grande dose de discricção e frequentemente trabalha sem supervisão, bem como professores, e eles também tomam decisões que afetam a vida dos cidadãos, bem como promotores e juizes. No entanto, enquanto estas profissões exigem um diploma universitário (e um grau avançado de lei), o policiamento fica para trás (FYFE et al., 1997).

Após o processo seletivo, de caráter eliminatório para acesso à carreira, tem início outro processo igualmente eliminatório, que é o curso de formação, se constituindo como o primeiro passo na construção do “sujeito militar” (BRAND; TOLFO, 2012; SIRIMARCO, 2009). Discorrerei sobre isto nas próximas sessões.

¹⁹ Obviamente desconsiderados os casos não-informados.



3.3. Questões Gerais relativas ao Processo Formativo dos Profissionais de Segurança Pública no Brasil

Em termos gerais, a formação dos profissionais de Segurança Pública compreende ênfases diferenciadas no que é aprendido para cada nível hierárquico (PONCIONI, 2005). No caso da Polícia Militar, oficias e praças se dividem entre aqueles que planejam e aqueles que executam, respectivamente. Na Polícia Civil, por sua vez há a distinção também entre Delegados, aos quais cumprem executar as atividades de planejamento e gestão e, os Agentes Policiais, aos quais cabem as atividades de execução. Porém, na Polícia Civil esta separação ainda é menor em força e intensidade em relação a separação que ocorre na Polícia Militar. O que decorre disto é que tal divisão afeta por inteiro o funcionamento e a estruturação da formação profissional do policial (PONCIONI, 2005).

Para se tornar policial um indivíduo passa por um processo de formação institucional que busca socializá-lo como profissional (BRAND; TOLFO, 2012; PONCIONI, 2005). Ou seja, é durante o processo de formação que os indivíduos assimilam os hábitos culturais, bem como aprendem e interiorizam as regras e valores da corporação. Como nos informa Poncioni (2005), a socialização do futuro policial ocorre em duas etapas, a primeira dentro da academia de polícia e a segunda na realidade cotidiana da organização policial, no caso, nos locais e funções designadas para o policial trabalhar. Como nos informa Sirimarco (2009):

“[...] he sostenido que el paso por estas Escuelas iniciales implica entonces un período transformativo, un movimiento de distanciamiento social, donde la adscripción a la institución no puede generarse más que “destruyendo” lo civil. Argumento, por ende, que el ingreso a la institución policial no está lejos de asemejarse a una suerte de *período de separación*, donde los que ingresan son apartados de su estatus civil para ser así introducidos en el nuevo estado que habrá de caracterizarlos: el policial” (SIRIMARCO, 2009, p.125)

A seguir, analisarei em mais detalhes tal processo formativo no que se refere a sua duração.

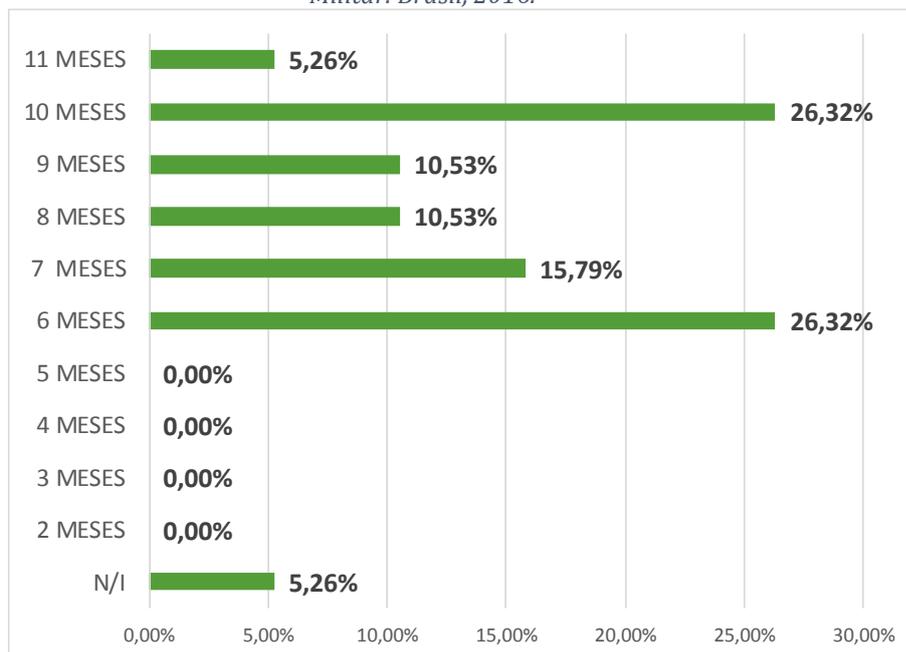
Adriano da Silva F. Silva

3.3.1. Duração

Em relação a formação conferida, observa-se, em termos gerais que as corporações têm oferecido cursos formativos inferiores a 11 meses. O menor tempo de formação identificado foi de 02 meses²⁰. A média geral de tempo dos cursos é de 6,8 meses, sendo o tempo de 06 meses o mais recorrente entre as corporações²¹. Ou seja, é nesse período que as corporações brasileiras têm buscado formar seus profissionais, dotando-os das necessárias competências para realização de suas funções. Excetuando-se os oficiais, em que a formação gira em torno de 02 a 04 anos, os demais profissionais de Segurança Pública brasileiros são formados em períodos inferiores a 01 ano, podendo, em raros casos, serem formando em até 02 meses.

No caso específico da Polícia Militar, a formação do soldado no Brasil está compreendida entre 06 e 11 meses, levando, em média, 8,11 meses, conforme demonstra o gráfico a seguir. Destaca-se a inexistência de cursos com mais de 11 meses e menos de 06 meses.

Gráfico 11- Distribuição percentual da duração, em meses, dos cursos de formação de soldados da Polícia Militar. Brasil, 2016.



Fonte: Elaboração própria a partir de dados coletados junto às IESPs por meio de questionário específico.

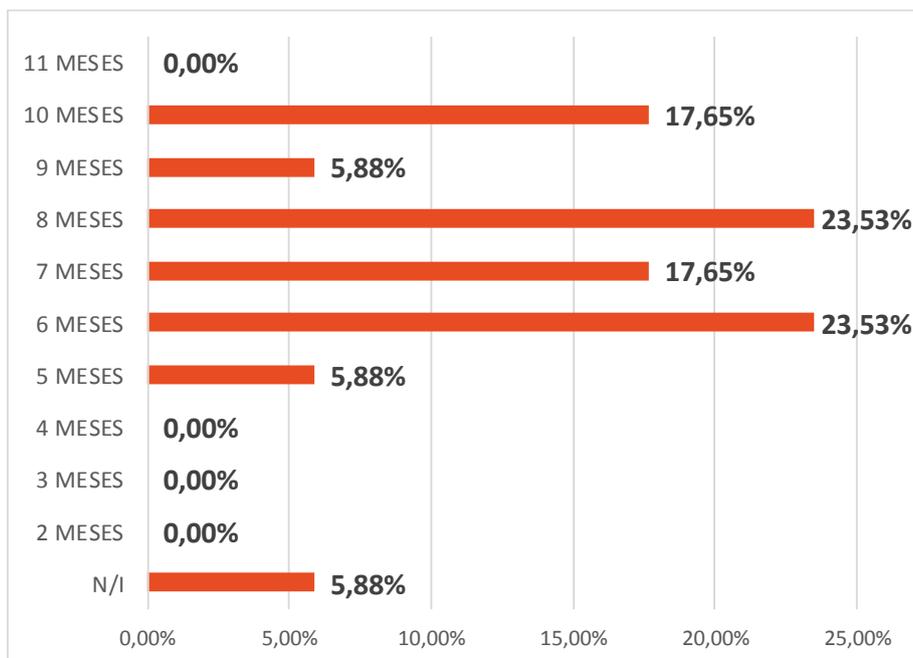
²⁰ Analisaremos a seguir a relação Tempo/Carga horária.

²¹ Medidas de tendência central da amostra em relação a variável "Tempo de Duração": Média: 6,8333; Mediana: 7,0000; Moda: 6,00; Desvio Padrão: 2,27225; Mínimo: 2,00; Máximo: 11,00.

Adriano da Silva F. Silva

No caso dos Corpos de Bombeiros Militares, a formação está compreendida entre 05 e 10 meses, levando, em média, 7,56 meses, conforme demonstra o gráfico a seguir.

Gráfico 12 - Distribuição percentual da duração, em meses, dos cursos de formação de soldados dos Corpos de Bombeiros Militares. Brasil, 2016.

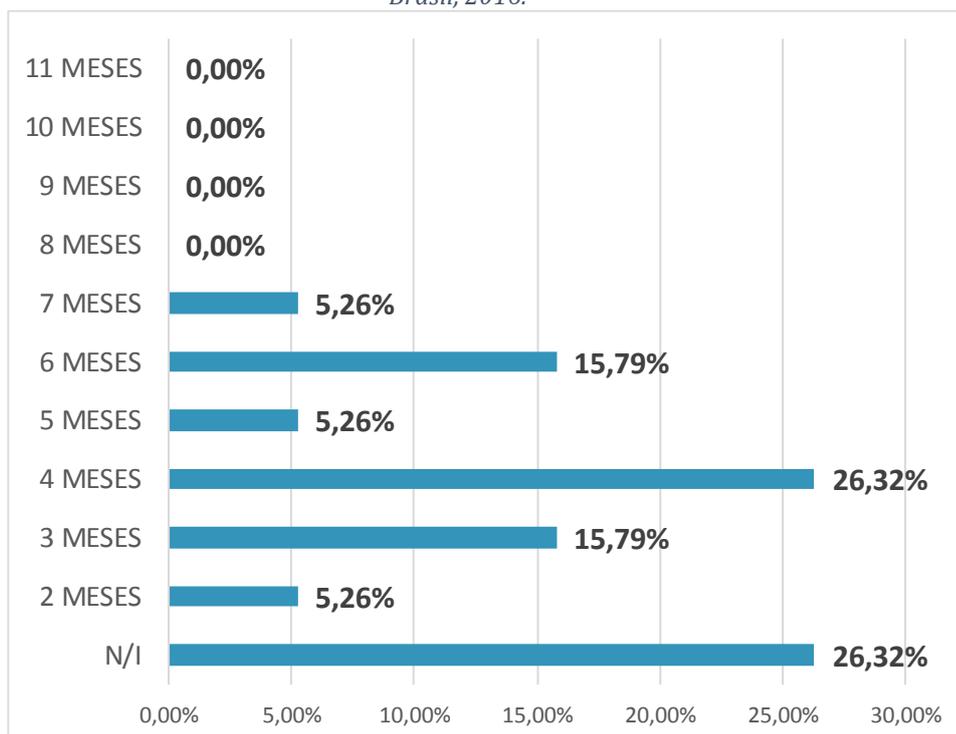


Fonte: Elaboração própria a partir de dados coletados junto às IESPs por meio de questionário específico.

No caso das Polícias Civis, a formação está compreendida entre 02 e 07 meses, levando, em média, 4,36 meses, conforme demonstra o gráfico a seguir. Destaca-se a inexistência de cursos superiores a sete meses e a grande concentração de casos com 04 meses de formação.

Adriana das Santos F. Silva

Gráfico 13 - Distribuição percentual da duração, em meses, dos cursos de formação de agentes da Polícia Civil. Brasil, 2016.



Fonte: Elaboração própria a partir de dados coletados junto às IESPs por meio de questionário específico.

3.3.2. Carga Horária

A adequação da carga horária dos cursos de formação dos profissionais de Segurança Pública é uma questão fundamental. Ela deve garantir não apenas a entrega do conteúdo ao formando, mas assegurar que o tempo dedicado à formação seja adequado ao desenvolvimento de competências relacionadas às funções que serão desenvolvidas pelo profissional.

Distinções podem ser feitas entre educação e treinamento. Em geral, educação era vista como o desenvolvimento de habilidades para conceitualizar e expandir o processo de aprendizagem analítico e teórico, enquanto treinamento (training) envolve obter as habilidades necessárias para realizar tarefas e objetivos imediatos das operações policiais. (KRATCOSKI; DAS, 2004. p.4)

Na concepção de Perrenoud, a ideia de competência envolve necessariamente um "saber-mobilizar", isto é, possuir conhecimentos ou capacidades não significa ser competente. A competência manifesta-se na ação. Se os recursos estão presentes, mas não são mobilizados em tempo útil e conscientemente, então, na prática, é como se eles não existissem. Como ele nos diz, "*pode-se conhecer*

Adriana das Santos F. Silva

técnicas ou regras de gestão contábil e não saber aplicá-las no momento oportuno. Pode-se conhecer o direito comercial e redigir contratos mal escritos” (PERRENOUD, 1999 p. 21).

Competência, nos termos de Perrenoud (1999), se refere à faculdade de *mobilizar um conjunto de recursos cognitivos* (saberes, capacidades, informações, etc.) *para solucionar com pertinência e eficácia uma série de situações* (PERRENOUD, 1999). O conceito de “competências” definido por Perrenoud é traduzido em domínios práticos das situações cotidianas que, necessariamente, passam pela compreensão da ação empreendida e do uso a que essa ação se destina. Isto é, o conceito de competência envolve tanto a compreensão do indivíduo acerca da ação que executa, quanto os objetivos que possui ao realizá-la. Nesse sentido, exercer determinada competência envolve obrigatoriamente mobilizar um conjunto de recursos que vão desde as habilidades²² do indivíduo (socialmente adquiridas), o repertório de conhecimento que ele adquiriu ao longo de suas experiências (ensino formal e aprendizagem cotidiana informal) e as ações e as práticas que ele vivenciou. Assim, uma competência permite afrontar regular e adequadamente uma família de tarefas e de situações, apelando para noções, conhecimentos, informações, procedimentos, métodos, técnicas ou ainda a outras competências mais específicas.

Esse referencial teórico é retomado nesse momento porque ele orienta, em grande medida, a Matriz Curricular Nacional para Ações Formativas dos Profissionais da Área de Segurança Pública. Em outros termos, a relação entre a carga horária, a duração total do curso e os conteúdos trabalhados devem, necessariamente, permitir uma adequada aprendizagem, que se configura na capacidade dos indivíduos de mobilizarem o conhecimento adquirido no curso de sua atuação profissional.

3.3.2.1. Carga horária total

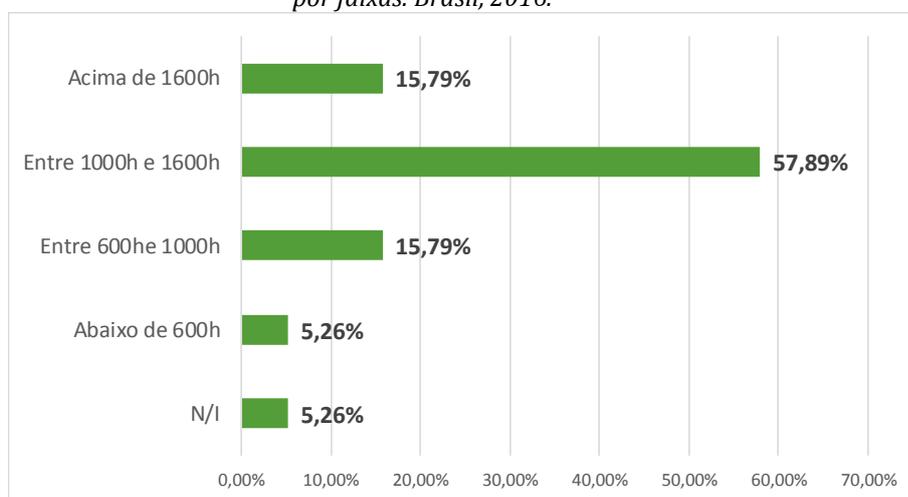
Ao analisar a carga horária dos cursos de formação oferecidos pelas corporações, percebe-se que estão compreendidos entre 240 h/a e 1.922 h/a, com uma média de 1.076 h/a. Isso demonstra considerável discrepância entre processos formativos para funções profissionais idênticas. Importante destacar que desde 2010, os cursos na área de Segurança Pública foram incluídos no rol de cursos superiores de tecnologia do Ministério da Educação, sendo estabelecida carga horária mínima de 1.600 h/a para os cursos superiores de tecnologia em Segurança Pública, em Serviços

²² Perrenoud faz uma distinção entre competências e habilidades. Estas são representadas pelas ações em si, ou seja, pelas ações determinadas pelas competências de forma concreta (pintar, escrever, montar e desmontar, tocar instrumentos musicais etc.)

Penais e em Segurança do Trânsito (MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO, 2016). No caso dos cursos de bacharelado tradicional, ficou estabelecida a carga horária mínima de 2.400 h/a.

Ao analisarmos especificamente a carga horária oferecida nos cursos de formação de soldados da Polícia Militar, verificamos que deles se concentra na faixa de 1.000 h/a a 1.600h/a. O percentual de 21,05% dos casos está localizado a seguir dessa faixa (isto é, menos de 1.000 h/a de formação). Apenas 15,79% possuem carga horária superior a 1.600 h/a, podendo vir a serem qualificados como cursos superiores de tecnologia²³, desde atendidas as exigências previstas na legislação brasileira.

Gráfico 14 - Distribuição percentual da carga horária dos cursos de formação de soldados da Polícia Militar, por faixas. Brasil, 2016.



Fonte: Elaboração própria a partir de dados coletados junto às IESPs por meio de questionário específico.

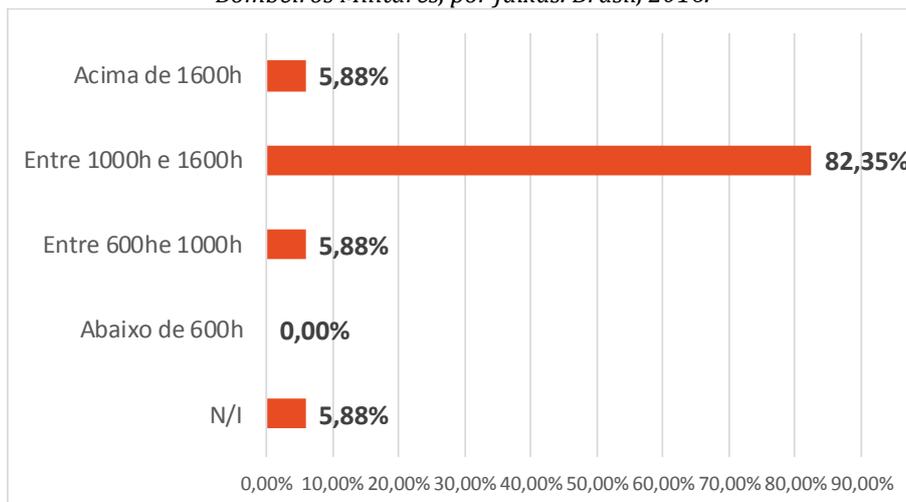
Ao analisarmos a carga horária oferecida nos cursos de formação de soldados dos Corpos de Bombeiros Militares, verificamos que a forte concentração na faixa de 1.000 h/a à 1.600 h/a permanece, alcançando 82,35%. Um pequeno percentual (5,88%) oferece cursos na faixa entre 600 h/a e 100 h/a. E o mesmo percentual (5,88%) oferece cursos acima de 1.600 h/a²⁴, podendo também vir a serem qualificados como cursos superiores de tecnologia.

²³ Trata-se dos cursos oferecidos pelas seguintes IESPs: Centro Integrado de Ensino e Pesquisa de Segurança Pública Francisco Mangabeira (AC); Escola Superior de Formação e Aperfeiçoamento de Praças da Polícia Militar (MT); Academia de Polícia Militar de Minas Gerais (MG).

²⁴ Trata-se dos cursos oferecidos pelas seguintes IESPs: Academia de Bombeiro Militar de Alagoas (AL); Centro de Especialização, Formação e Aperfeiçoamento de Praças (DF); Corpo de Bombeiros do Mato Grosso.

Adriana dos Santos F. Silva

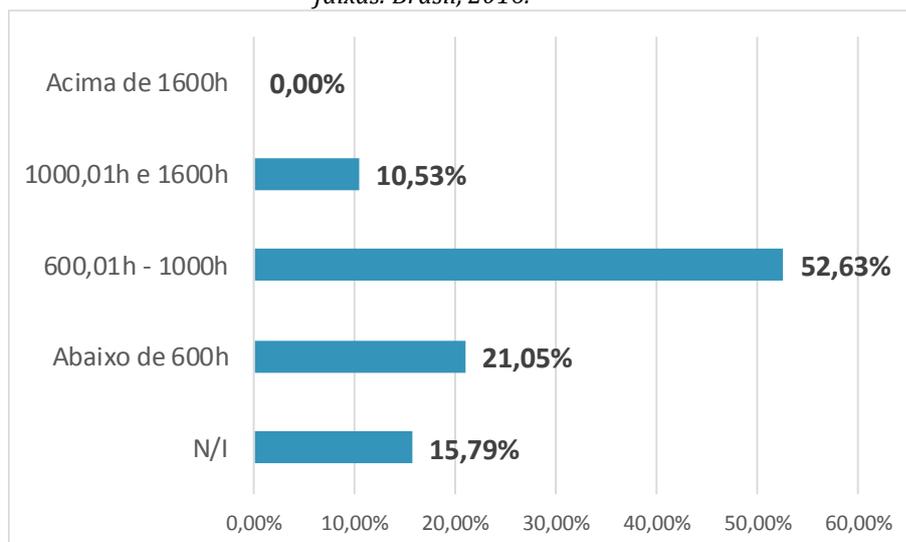
Gráfico 15 - Distribuição percentual da carga horária dos cursos de formação de soldados dos Corpos de Bombeiros Militares, por faixas. Brasil, 2016.



Fonte: Elaboração própria a partir de dados coletados junto às IESPs por meio de questionário específico.

Em relação a carga horária oferecida nos cursos de formação de agentes da Polícia Civil, observamos que a forte concentração está localizada na faixa de 600,01 h/a à 1.000h/a, alcançando 52,63%. Cerca de 20% dos cursos possuem carga horária inferior a 600 h/a, enquanto apenas 10,53% das IESPs oferecem formação com carga horária entre 1.000 h/a e 1.660 h/a. Na Polícia Civil não foram encontrados cursos com carga horária acima de 1.600 h/a, conforme gráfico a seguir.

Gráfico 16 - Distribuição percentual da carga horária dos cursos de formação de agentes da Polícia Civil, por faixas. Brasil, 2016.



Fonte: Elaboração própria a partir de dados coletados junto às IESPs por meio de questionário específico.

Adriana dos Santos F. Silva

3.3.2.2. Educação a Distância - EaD

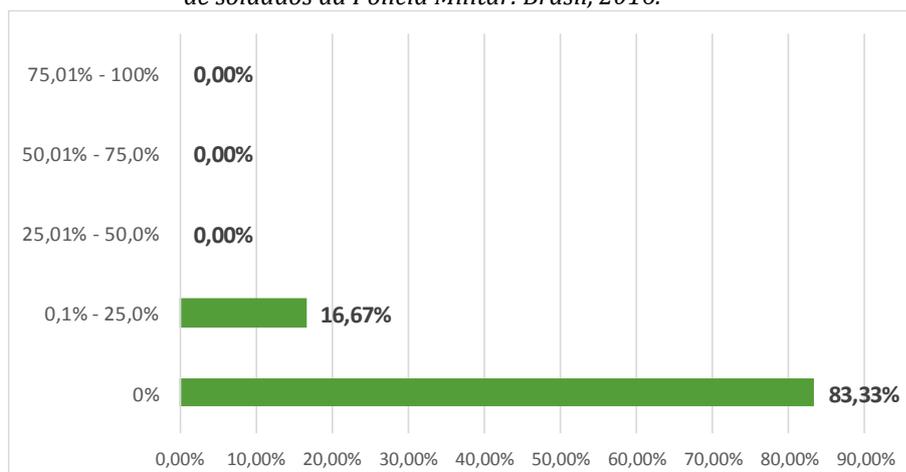
Ao analisarmos a carga horária total oferecida nos cursos de formação profissional das corporações, especificamente nas carreiras da base hierárquica (soldados e agentes), verificamos a utilização da Rede Nacional de Educação a Distância em Segurança Pública – Rede EaD-SENASP em vários casos.

No questionário para coleta de dados, foi solicitado às Instituições indicarem quais cursos oferecidos pela Rede EaD-SENASP eram utilizados regularmente na formação. Não houve suficiente adesão dos respondentes, pois em vários questionários as respostas encontradas foram: “não possuíam tal informação”; “sim”; e, até mesmo, “em branco”. Por isso, a análise desses dados não foi incluída nesse relatório. Contudo, foi possível identificar que dos 74 cursos disponibilizados pela Rede EaD-SENASP, 32 são utilizados pelas IESPs. São eles: Análise Criminal; Aspectos Jurídicos da Atuação Policial; Atendimento às Mulheres em Situação de Violência; Atuação Policial Frente aos Grupos Vulneráveis; Concepção e Aplicação do Estatuto da Criança e do Adolescente; Condutores de Veículos Emergência; Crimes Ambientais; Crimes Cibernéticos; Direitos Humanos; Emergencista Pré-Hospitalar; Filosofia dos Direitos Humanos Aplicada à Atuação Policial; Gerenciamento de Crise; Gestão de Projetos; Identificação Veicular; Inglês; Investigação Criminal; Local do Crime: Isolamento e Preservação; Planejamento Estratégico; Polícia Comunitária; Policiamento Comunitário Escolar; Policiamento Orientado para o Problema; Português Instrumental; Programa de Proteção a Crianças e Adolescentes Ameaçados de Morte; Psicologia das Emergências; Redação Técnica; Segurança Pública sem Homofobia; Sistema de Comando de Incidentes; Técnicas e Tecnologias Não Letais de Atuação Policial; Tópicos em Psicologia Relacionada à Segurança Pública; Uso da Informação em Gestão de Segurança Pública; Uso Diferenciado da Força; Violência, Criminalidade e Prevenção.

No caso da Polícia Militar, observa-se que mais de 80% das IESPs não utilizam os cursos da Rede EaD-SENASP durante o processo de formação de soldados. Contudo, pouco mais de 16% das IESPs já utilizam a Rede, nesse caso específico, a educação a distância corresponde a até 25% da carga horária total do curso de formação.

Adriana da Silva F. Silva

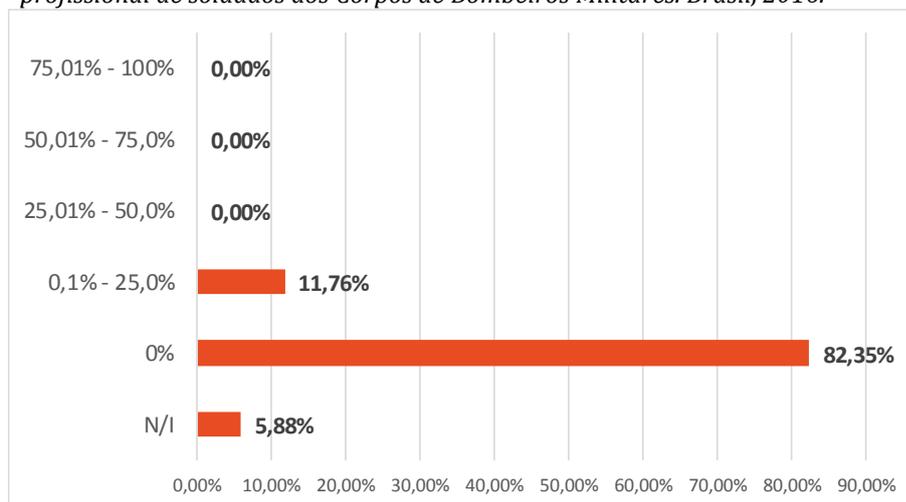
Gráfico 17 - Distribuição percentual da utilização de Educação a Distância nos cursos de formação profissional de soldados da Polícia Militar. Brasil, 2016.



Fonte: Elaboração própria a partir de dados coletados junto às IESPs por meio de questionário específico.

Em relação aos Corpos de Bombeiros Militares, observa-se que mais de 80% das IESPs não utilizam os cursos da Rede EaD-SENASP durante o processo de formação de soldados. Contudo, 11,76% das IESPs já utilizam a Rede, nesse caso específico, até 25% da carga horária total do curso de formação.

Gráfico 18 - Distribuição percentual da utilização da Educação a Distância nos cursos de formação profissional de soldados dos Corpos de Bombeiros Militares. Brasil, 2016.

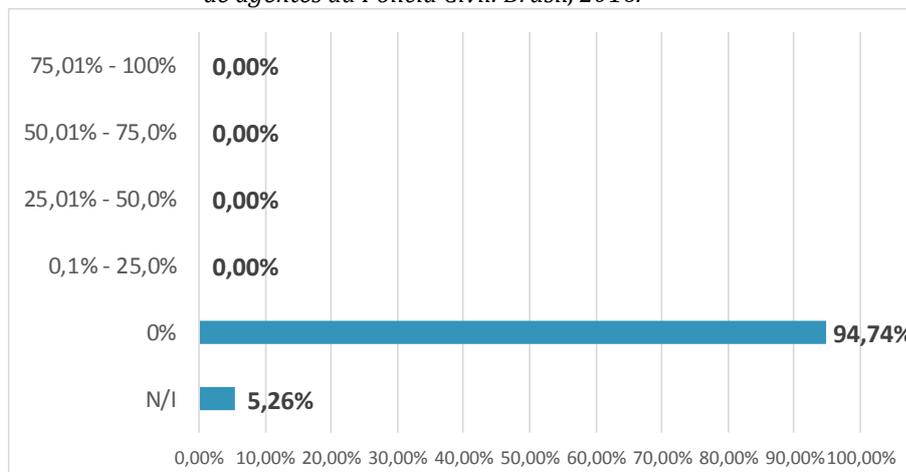


Fonte: Elaboração própria a partir de dados coletados junto às IESPs por meio de questionário específico.

No caso da Polícia Civil, não foram encontrados casos de utilização dos cursos da Rede EaD-SENASP no processo formativo dos agentes.

Adriana dos Santos F. Silva

Gráfico 19 - Distribuição percentual da utilização de Educação a Distância nos cursos de formação profissional de agentes da Polícia Civil. Brasil, 2016.

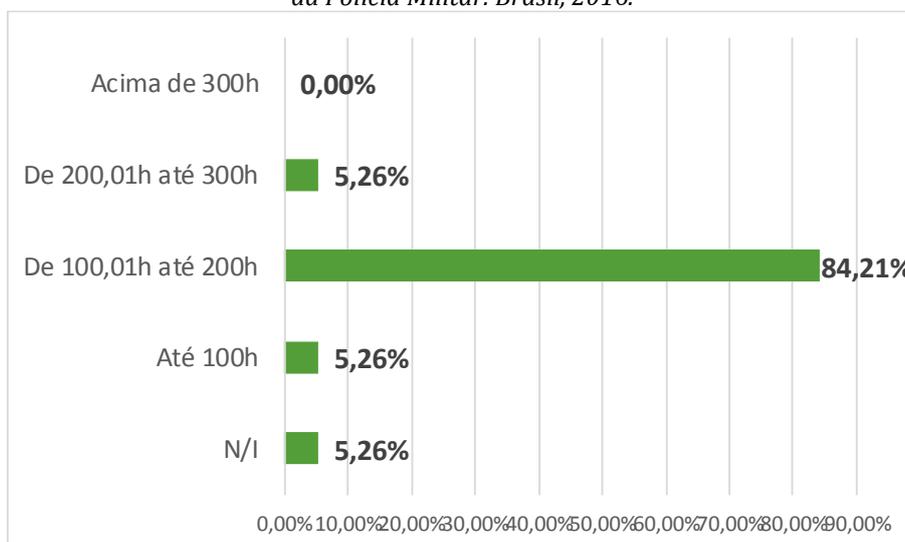


Fonte: Elaboração própria a partir de dados coletados junto às IESPs por meio de questionário específico.

3.3.2.3. Carga horária mensal

Quando analisamos a carga horária em relação ao tempo de duração dos cursos informados pelas IESPs é possível elucidar um pouco mais sobre sua adequação. Se considerarmos a utilização de 08 horas-aula por dia, em uma semana de 06 dias úteis (segunda a sábado), teremos ao longo do mês 192 horas-aula disponíveis. Contudo, o que se percebe ao analisar os dados é que os cursos são, em muitos casos, ofertados utilizando ao máximo esse “limite”.

Gráfico 20 - Distribuição percentual da carga horária mensal dos cursos de formação profissional de soldados da Polícia Militar. Brasil, 2016.

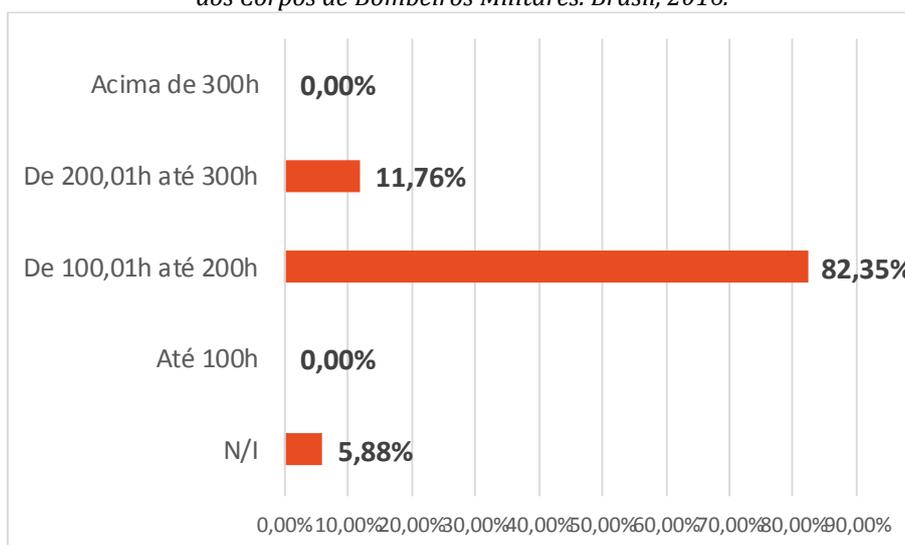


Deputado Federal F. Silva

Fonte: Elaboração própria a partir de dados coletados junto às IESPs por meio de questionário específico.

No caso da Polícia Militar, mais de 80% dos cursos são oferecidos com cargas horárias mensais entre 100,01 h/a e 200h/a mensais. Em 5,26% dos casos a carga horária mensal varia entre 200,01h/a e 300h/a mensais. Em apenas 5,26% a carga horária mensal é inferior a 100 h/a.

Gráfico 21- Distribuição percentual da carga horária mensal dos cursos de formação profissional de soldados dos Corpos de Bombeiros Militares. Brasil, 2016.

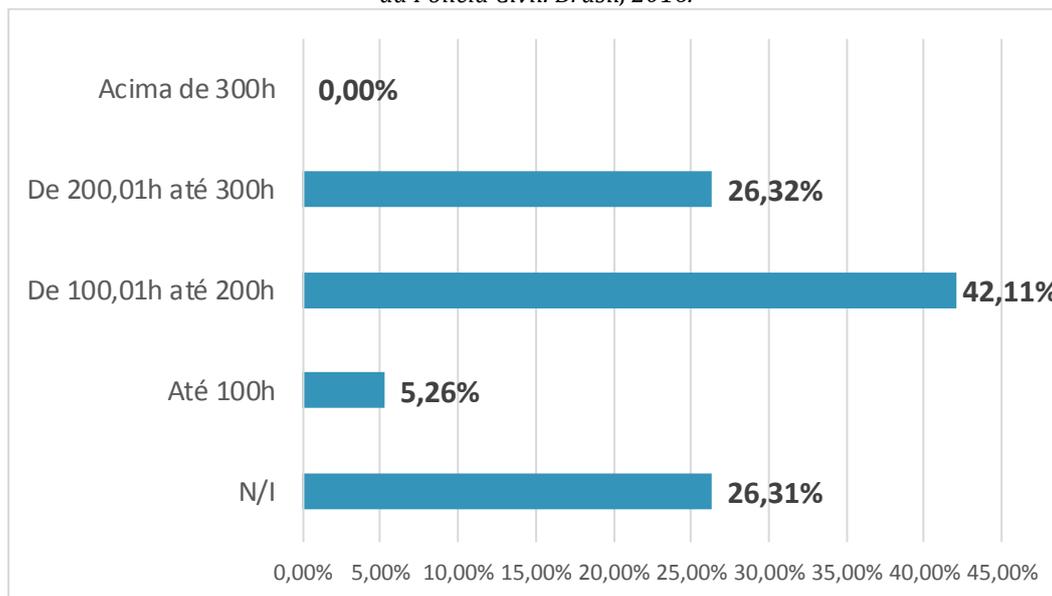


Fonte: Elaboração própria a partir de dados coletados junto às IESPs por meio de questionário específico.

No caso dos Corpos de Bombeiros Militares, também mais de 80% dos cursos são oferecidos com cargas horárias mensais entre 100,01h/a e 200 h/a mensais. Em 11,76% dos casos, a carga horária mensal varia entre 200,01 h/a e 300 h/a mensais. E, em nenhum caso foi encontrada carga horária mensal inferior a 100 h/a ou superior a 300h/a.

Adriana dos Santos F. Silva

Gráfico 22 - Distribuição percentual da carga horária mensal dos cursos de formação profissional de agentes da Polícia Civil. Brasil, 2016.



Fonte: Elaboração própria a partir de dados coletados junto às IESPs por meio de questionário específico.

No caso da Polícia Civil, embora se mantenha uma grande concentração na faixa com cargas horárias mensais entre 100,01 h/a e 200 h/a mensais (42,11%), observa-se uma considerável ocorrência de casos na faixa entre 200,01 h/a e 300 h/a mensais (26,32%). E, em 5,26% dos casos observados foi encontrada carga horária mensal inferior a 100 h/a. Não houveram ocorrências com carga horária superior a 300 h/a.

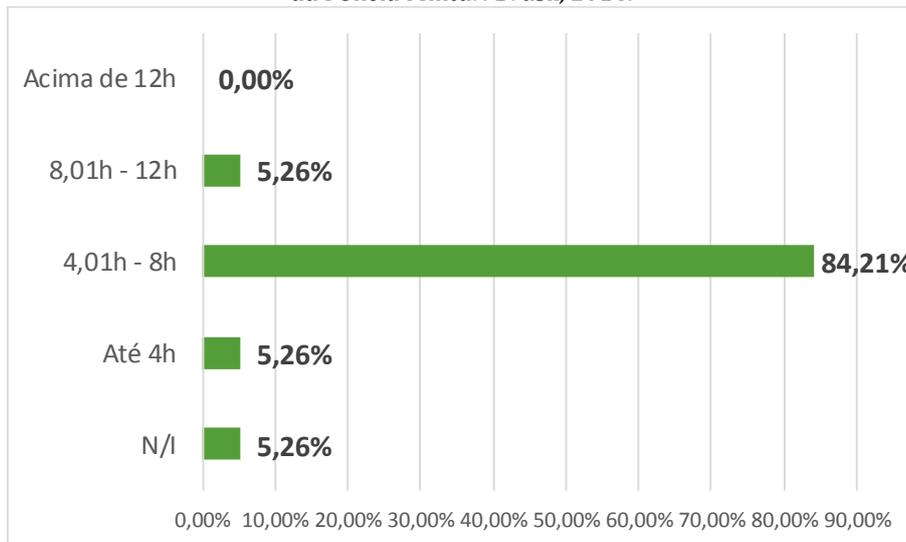
Desta maneira, embora, a princípio, seja desejável uma maior carga horária nos cursos de formação, é preciso levar em consideração o tempo total em que tal carga horária é ministrada, sob pena de comprometer a assimilação dos conteúdos e o desenvolvimento de competências.

3.3.2.4. Carga horária diária

Para finalizar a análise da carga horária dos cursos de formação, é importante verificarmos a distribuição dessa carga horária ao longo dos dias. Utilizando o mesmo critério da seção anterior, foi calculada a carga horária diária dos cursos de formação, conforme os dados informados pelas IESPs. Assim, considera-se aqui uma semana de 06 dias úteis (segunda a sábado).

Adriana dos Santos F. Silva

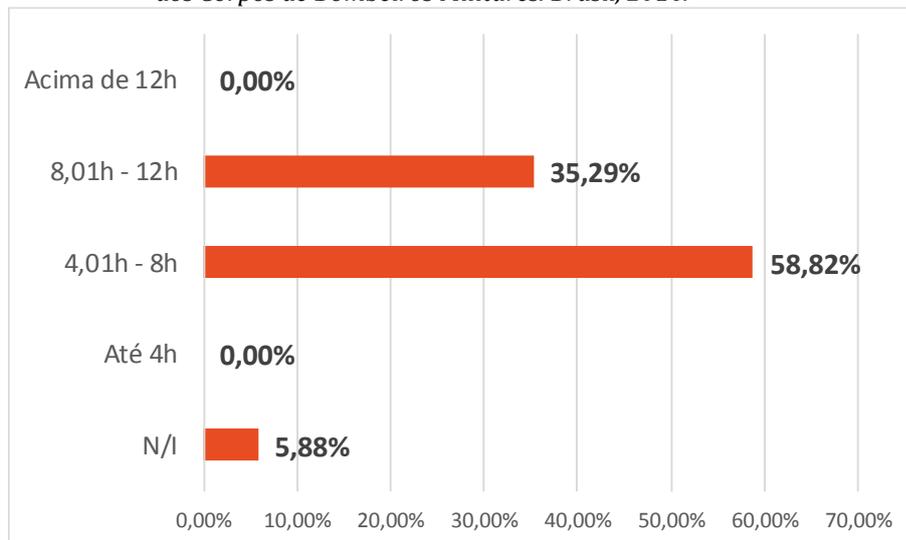
Gráfico 23 - Distribuição percentual da carga horária diária dos cursos de formação profissional de soldados da Polícia Militar. Brasil, 2016.



Fonte: Elaboração própria a partir de dados coletados junto às IESPs por meio de questionário específico.

No caso da Polícia Militar, a formação dos soldados tem sido executada, preferencialmente em 02 turnos, alcançando um percentual de 84,21% dos casos. Apenas 5,26% das IESPs utiliza somente um turno para o processo formativo. E o mesmo percentual (5,26%) ultrapassa as 08h, chegando até três turnos diários de formação.

Gráfico 24 - Distribuição percentual da carga horária diária dos cursos de formação profissional de soldados dos Corpos de Bombeiros Militares. Brasil, 2016.

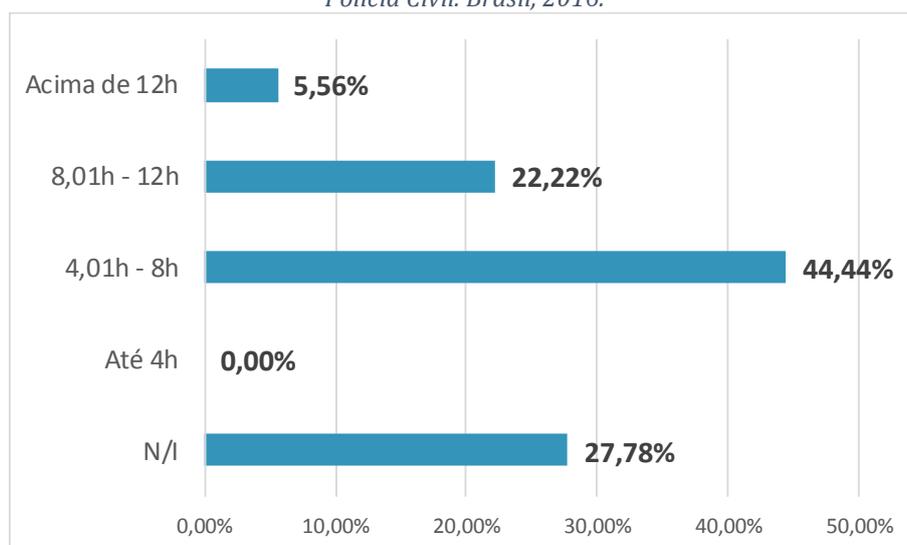


Fonte: Elaboração própria a partir de dados coletados junto às IESPs por meio de questionário específico.

Adriana das Santos F. Silva

No caso dos Corpos de Bombeiros Militares, embora em menor nível, a formação dos soldados também tem sido executada preferencialmente em dois turnos, alcançando um percentual de 58,82% dos casos. Em 35,29% das IESPs, porém, ultrapassa as 08h diárias, chegando até três turnos diários de formação. Não foram encontradas IESPs que utilizassem somente um turno para o processo formativo.

Gráfico 25 - Distribuição percentual da carga horária diária dos cursos de formação profissional de agentes da Polícia Civil. Brasil, 2016.



Fonte: Elaboração própria a partir de dados coletados junto às IESPs por meio de questionário específico.

Certamente o caso mais preocupante se dá na Polícia Civil. Embora se mantenha uma concentração na formação dos agentes em dois turnos, alcançando um percentual de 44,44%, 22,22% das IESPs ultrapassam as 08h diárias, chegando até três turnos diários de formação. Em alguns casos (5,56%) ultrapassa-se as 12h diárias. Não foram encontradas IESPs que utilizassem somente um turno para o processo formativo.

3.3.3. Titulação

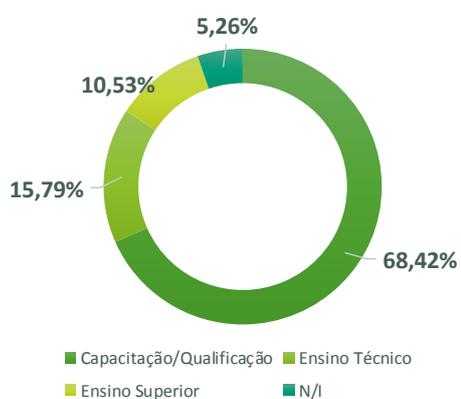
Um aspecto importante para este trabalho é a titulação conferida ao formando após o término do curso. Desde 2008 o Ministério da Justiça e Cidadania tem demonstrado interesse em ampliar o reconhecimento dos cursos ofertados nas corporações brasileiras, buscando referências já

Adriana dos Santos F. Silva

consolidadas pelo Ministério da Educação e definindo parâmetros de funcionamento para os cursos nas IESPs.

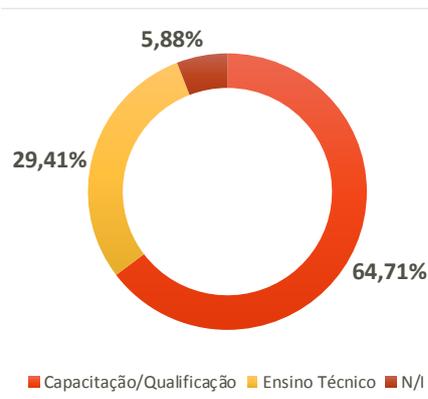
O que podemos evidenciar na titulação conferida após o término do curso, tanto na formação de soldados da PM quanto do CBM, é que a titulação conferida, em sua grande maioria, se configura como uma capacitação ou qualificação do profissional para exercer a função designada. Em segundo lugar, temos a titulação conferida como ensino técnico e, em terceiro lugar a formação conferida como ensino superior²⁵.

Gráfico 26 - Titulação conferida após formação de soldados da Polícia Militar. Brasil, 2016.



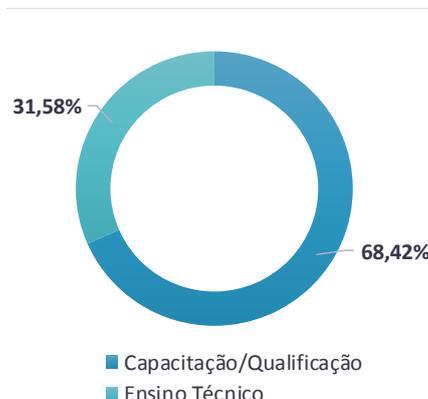
Fonte: Elaboração própria a partir de dados coletados junto às IESPs por meio de questionário específico.

Gráfico 27- Titulação conferida após formação de soldados dos Corpos de Bombeiros Militares. Brasil, 2016.



Fonte: Elaboração própria a partir de dados coletados junto às IESPs por meio de questionário específico.

Gráfico 28 - Titulação conferida após formação de agentes da Polícia Civil. Brasil, 2016.



Fonte: Elaboração própria a partir de dados coletados junto às IESPs por meio de questionário específico.

Ao analisarmos o gráfico referente à Polícia Militar, verifica-se uma predominância (68,42%) de oferta de cursos de capacitação/qualificação após o processo formativo. Em segundo lugar, encontramos a oferta de ensino técnico (15,79%) e, por último, a oferta de cursos superiores (10,53%)²⁶.

Dentre os Corpos de Bombeiros Militares, da mesma maneira, predomina a oferta de cursos de capacitação/qualificação (64,71%), seguido da oferta de ensino técnico (29,41%). Não foram encontradas ocorrências de cursos superiores para formação de soldados nos Corpos de Bombeiros Militares.

²⁵ Este caso aparece apenas na formação de soldados PM.

²⁶ Trata-se dos cursos oferecidos pelas seguintes IESPs: Escola Superior de Formação e Aperfeiçoamento de Praças da Polícia Militar (MT); Academia de Polícia Militar de Minas Gerais (MG).

Adriana dos Santos F. Silva

Na Polícia Civil, por sua vez, a titulação conferida na grande maioria dos cursos de formação (68,42%) é referente a uma capacitação/qualificação do profissional para exercer a função de agente de polícia e, em um percentual menor encontramos a oferta de titulação de ensino técnico (31,58%). Também aqui não foram encontradas ocorrências de cursos superiores para formação de agentes²⁷.

3.4. Avaliação da Aderência à Matriz Curricular Nacional nos Cursos de Formação

A Matriz Curricular Nacional (MCN) está em conformidade com o Plano Nacional de Educação em Direitos Humanos (PNDH), de 2007, o que é considerado positivo no âmbito da reforma da educação policial no Brasil, apesar dos percalços para sua implementação a nível nacional (RUIZ, 2014).

A MCN está estruturada Eixos Articuladores e Áreas Temáticas. Os Eixos Articuladores devem estruturar o conjunto dos conteúdos de cada Área Temática, de maneira transversal, permeando as diferentes disciplinas, seus objetivos, conteúdos, bem como orientações didático-pedagógicas, visando desenvolver nos profissionais a capacidade de mobilizar competências cognitivas, operativas e atitudinais (MINISTÉRIO DA JUSTIÇA, 2014).

Figura 5 - Eixos Articuladores da Matriz Matriz Curricular Nacional para Ações Formativas dos Profissionais da Área de Segurança Pública. Brasil, 2014.



Fonte: MINISTÉRIO DA JUSTIÇA E CIDADANIA. Matriz Curricular Nacional para Ações Formativas dos Profissionais da Área de Segurança Pública. Brasília (DF): 2014. Pp. 42.

Ao todo, a MCN conta com quatro Eixos Articuladores:

²⁷ Certamente, devido ao grande percentual de requisição de curso superior para ingresso na carreira de agente.

Adriana dos Santos F. Silva

- Sujeito e Interações no Contexto da Segurança Pública;
- Sociedade, Poder, Estado e Espaço Público e Segurança Pública;
- Ética, Cidadania, Direitos Humanos e Segurança Pública;
- Diversidade Étnico-Sociocultural, Conflitos e Segurança Pública.

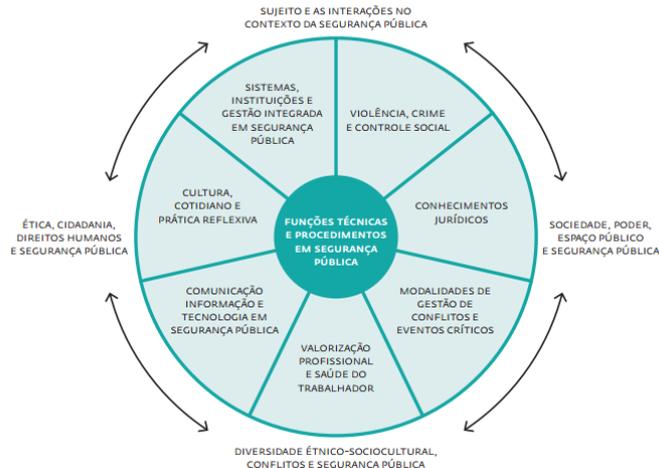
Tais Eixos Articuladores estruturam, qualificam e amplificam as oito Áreas Temáticas:

- I. Sistemas, Instituições e Gestão Integrada em Segurança Pública;
- II. Violência, Crime e Controle Social;
- III. Conhecimentos Jurídicos;
- IV. Modalidades de Gestão de Conflitos e Eventos Críticos;
- V. Valorização Profissional e Saúde do Trabalhador;
- VI. Comunicação, Informação e Tecnologias em Segurança Pública;
- VII. Cultura, Cotidiano e Prática Reflexiva;
- VIII. Funções, Técnicas e Procedimentos em Segurança Pública.

As Áreas Temáticas, por sua vez, contemplam os conteúdos indispensáveis à formação do profissional da área de Segurança Pública e sua capacitação para o exercício da função. Cada Área Temática, portanto, é problematizada a partir dos quatro Eixos Articuladores mencionados anteriormente, conforme demonstra a figura a seguir:

Adriana da Silva F. Silva

Figura 6 - Áreas Temáticas da Matriz Curricular Nacional para Ações Formativas dos Profissionais da Área de Segurança Pública. Brasil, 2014.

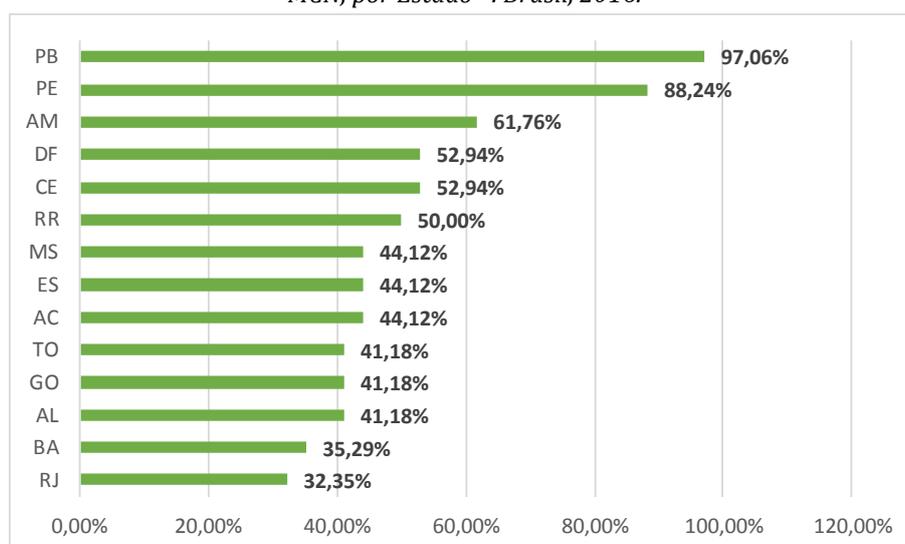


Fonte: MINISTÉRIO DA JUSTIÇA E CIDADANIA. Matriz Curricular Nacional para Ações Formativas dos Profissionais da Área de Segurança Pública. Brasília (DF): 2014. Pp. 45.

Ao analisarmos a Polícia Militar, especificamente em relação aos cursos de formação de soldados, é possível verificar quais os estados em que há maior aderência²⁸ à Matriz Curricular Nacional. Como demonstra o gráfico a seguir, o estado com maior aderência à MCN é a Paraíba, com 97,06%, seguido de Pernambuco, com 88,24%, e do Amazonas, com 61,76%. O estado com menor aderência é o Rio de Janeiro, com 32,35%.

²⁸ Aderência define-se aqui como a relação entre o número as disciplinas propostas na MCN e as disciplinas ofertadas nos cursos de formação de soldados da PM e CBM, e agente da PC. Quanto maior o percentual, maior a adesão à MCN.

Gráfico 29 - Distribuição percentual da aderência dos cursos de formação de soldados da Polícia Militar à MCN, por Estado²⁹. Brasil, 2016.



Fonte: Elaboração própria a partir de dados coletados junto às IESPs por meio de questionário específico.

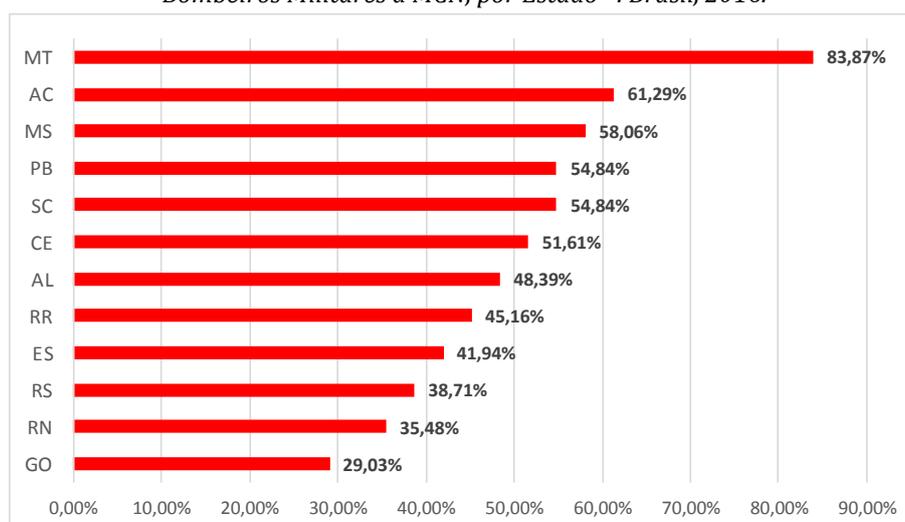
Se analisarmos ainda as Áreas Temáticas de maior aderência por corporação (Gráfico 32, página 53), observamos que a Polícia Militar encontra maior aderência a: Área Temática III - Conhecimentos Jurídicos (96,43%), seguida da Área Temática VIII - Funções, Técnicas e Procedimentos em Segurança Pública (65,31%), e da Área Temática II - Violência, Crime e Controle Social (61,90%)³⁰.

²⁹ Estão presentes aqui apenas os estados em que as IESPs preencheram este item no questionário específico para levantamento de dados. As corporações da PM das seguintes UF não enviaram informações: AP, MA, MG, MT, PA, PI, PR, RN, RO, RS, SC, SE, SP.

³⁰ Vide Gráfico 32, na página 53.

Adriana das Santos F. Silva

Gráfico 30 - Distribuição percentual da aderência dos cursos de formação de soldados dos Corpos de Bombeiros Militares à MCN, por Estado³¹. Brasil, 2016.



Fonte: Elaboração própria a partir de dados coletados junto às IESPs por meio de questionário específico.

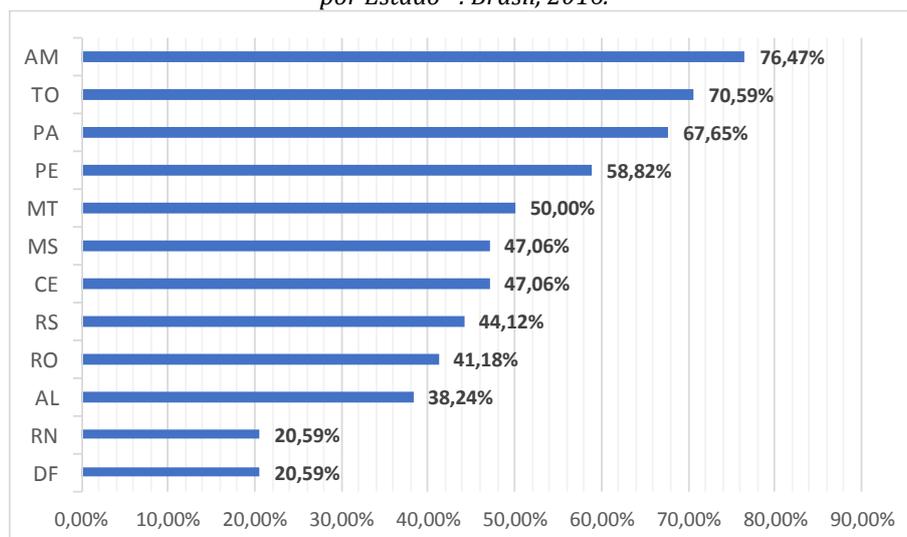
Ao analisarmos os Corpos de Bombeiros Militares, também em relação aos cursos de formação de soldados, é possível verificar que o estado do Mato Grosso possui a maior aderência à MCN, com 83,87%, seguido do Acre, com 61,29%, e do Mato Grosso do Sul, com 58,06%.

Se analisarmos ainda as Áreas Temáticas de maior aderência por corporação (Gráfico 32, página 53), observamos que os Corpos de Bombeiros Militares encontram maior aderência a: Área Temática VIII - Funções, Técnicas e Procedimentos em Segurança Pública (72,22%), seguida da Área Temática V - Valorização Profissional e Saúde do Trabalhador (58,33%), e da Área Temática VI - Comunicação, Informação e Tecnologias em Segurança Pública (45,83%).

³¹ Estão presentes aqui apenas os estados em que as IESPs preencheram este item no questionário específico para levantamento de dados. As corporações do CBM das seguintes UF não enviaram informações: AM, AP, BA, DF, MA, MG, PA, PE, PI, PR, RJ, RO, SE, SP, TO.

Adriana dos Santos F. Silva

Gráfico 31 - Distribuição percentual da aderência dos cursos de formação de agentes da Polícia Civil à MCN, por Estado³². Brasil, 2016.



Fonte: Elaboração própria a partir de dados coletados junto às IESPs por meio de questionário específico.

No caso da Polícia Civil, especificamente em relação aos cursos de formação de agentes, é possível verificar que o estado do Amazonas possui a maior aderência à MCN, com 76,47%, seguido do Tocantins, com 70,59%, e do Pará, com 67,65%. No que se refere às Áreas Temáticas de maior aderência por corporação (Gráfico 32), observamos que a Polícia Civil encontra maior aderência a: Área Temática III - Conhecimentos Jurídicos (75,00%), em seguida a Área Temática II - Violência, Crime e Controle Social (69,44%), e por último a Área Temática VIII - Funções, Técnicas e Procedimentos em Segurança Pública (58,33%).

³² Estão presentes aqui apenas os estados em que as IESPs preencheram este item no questionário específico para levantamento de dados. As corporações da PC das seguintes UF não enviaram informações: AC, AP, BA, ES, GO, MA, MG, PB, PI, PR, RJ, RR, SC, SE, SP.

Adriana da Silva F. Silva

Gráfico 32 - Adesão à Matriz Curricular Nacional em termos percentuais, por corporação e áreas temáticas. Brasil, 2016.



Fonte: Elaboração própria a partir de dados coletados junto às IESPs por meio de questionário específico.

Delegada Sufas F. Silva

4. CONSIDERAÇÕES FINAIS E SUGESTÕES

O objetivo desta pesquisa foi mapear as Instituições de Ensino de Segurança Pública (Polícia Militar, Polícia Civil e Corpo de Bombeiros Militar) no Brasil (Produto 2) e diagnosticar o processo de formação dos profissionais após seu ingresso nessas Instituições. Apesar do árduo processo de mobilização das IESPs para resposta ao questionário, a pesquisa logrou êxito após sete meses de trabalho.

A partir da análise dos dados e da bibliografia referente ao tema, destaca-se os seguintes pontos:

- Atualmente cerca de 35% das IESPs (Gráfico 3) informaram que oferecem cursos superiores, para diferentes níveis hierárquicos das Instituições. É comum que esta formação esteja direcionada apenas aos níveis mais altos das hierarquias institucionais (oficiais, delegados, etc), sendo de pequena ocorrência entre os cursos oferecidos para as posições da base institucional.
- Um grande percentual de IESPs, 68,42% (Gráfico 4), ainda não possuem reconhecimento do MEC ou do Conselho Estadual de Educação.
- Predominam os gestores do sexo masculino nas IESPs, ocupando o cargo de diretoria/comando, com quase 90% dos casos observados. O que é, em grande medida, compatível com a distribuição de sexo nas corporações. No Brasil, as mulheres compreendem apenas 7,0% do efetivo da Polícia Militar. Na Civil, a representação feminina é bem maior: 22,3%. Como já havia observado em análise anterior (RATTON; SALES; ANDRADE, 2007), o efetivo feminino apresenta proporção maior em posições hierárquicas mais baixas. Na Polícia Militar, por exemplo, 75% das mulheres são praças, contra apenas 9,87% de oficiais. Já na Polícia Civil, o maior percentual feminino encontra-se no cargo de escrevente (28,81%), seguido por agente (18,84%) e investigador/detetive (14,61%) (RATTON; SALES; ANDRADE, 2007).
- Quando o quesito é cor/raça, metade dos gestores que ocupam o cargo de diretoria/comando das IESPs do Brasil são brancos, com 49,12%. Apenas 12,28% são de raça/cor preta. No entanto, 35,09% dos gestores se autodeclararam pardos. Em campo, gestores nitidamente negros se identificaram como pardos.

Adriana da Silva F. Silva

- Nas Instituições militares (PM e CBM) prevalece como requisito para ingresso na carreira de soldado a exigência de nível médio. Contudo, em ambas, é possível identificar a existência do número considerável de exigência por nível superior (15,79% na PM e 17,65% no CBM) (Gráfico 8 e Gráfico 9, respectivamente).
- Tanto na Polícia Militar quanto nos Corpos de Bombeiros Militares a maior incidência é de oferta de cursos de capacitação/qualificação, com mais de 60% (Gráfico 3) dos casos. Isso indica uma importante oportunidade de qualificação dos profissionais de Segurança Pública nos cursos ofertados, sobretudo pelo fato da maioria dos cursos já contarem com uma carga horária bastante alta.
- No caso da Polícia Militar, 73,68% (Gráfico 14) dos cursos de formação de soldados contam com carga horária superior a 600 h/a. E 15% do total de cursos ofertados pela PM já possui carga horária mínima compatível com cursos tecnológicos, isto é, acima de 1.600h.
- No caso dos Corpos de Bombeiros Militares, 82,35% (Gráfico 15) dos cursos de formação de soldados já contam com carga horária entre 1.000h e 1.600h. Ou seja, um percentual considerável de cursos já possui carga horária próxima à carga horária mínima de cursos tecnológicos (1.600h). Enquanto 5,88% (Gráfico 15) já contam com carga horária superior ao mínimo exigido para tais cursos.
- No caso da Polícia Civil, é evidente a preferência por candidatos de nível superior para entrada nas carreiras, com quase 90% (Gráfico 10) para o cargo de agente/escrivão. Em apenas 10% dos casos (Gráfico 10) se exige Ensino Médio. Porém, quando analisamos a titulação conferida nos cursos de formação de agentes, observa-se que são, fundamentalmente, de capacitação/qualificação ou ensino técnico. Suspeita-se que, para esta categoria, seria mais interessante a oferta de cursos de pós-graduação, tendo em vista sua formação prévia de nível superior. O que é compatível com a carga horária já realizada nos cursos de formação, que se concentra, em sua maioria entre 600 h/a e 1.000 h/a (52,63%) (Gráfico 10). A carga horária mínima da pós-graduação “lato sensu” é de 360 horas, que são mais direcionados à atuação profissional e atualização dos graduados no nível superior.
- A despeito da alta carga horária oferecida nos cursos de formação, destaca-se o exíguo tempo em que as formações são realizadas, implicando, quase sempre, em uma carga

Adriano da Silva F. Silva

horária diária excessivamente extensa, podendo vir a comprometer a aprendizagem e o desenvolvimento de competências.

- Recomenda-se a regulação do tempo de implementação da carga horária dos cursos de formação, visando minimizar possíveis pressões por ampliação da tropa, e o prejudicial processo de colocação de profissionais mal preparados em atividade.
- Observou-se uma tendência forte na realização de capacitações rápidas na Polícia Civil, variando entre 02 e 07 meses, com maior concentração de casos em 4 meses (26,32%) e 06 meses (15,79%).
- Na Polícia Militar os cursos variam entre 06 e 11 meses (Gráfico 11), não havendo ocorrência de cursos inferiores a isto. Entre os Corpos de Bombeiros Militares a formação varia entre 05 e 10 meses³³.
- Em nenhuma das corporações foram encontrados cursos de formação de soldados ou agentes superiores a 12 meses (Gráficos, 11, 12 e 13). Retoma-se aqui a recomendação feita por Santos e Teixeira (2013), de “exigir a duração de 12 meses para o treinamento inicial” (pp. 61). Espera-se que uma melhor distribuição da carga horária dos cursos de formação ao longo do tempo tenha um impacto positivo para a aprendizagem, evitando formações excessivamente rápidas, exaustivas e de baixo aproveitamento para os profissionais da Segurança Pública.
- Em relação à utilização da Rede Nacional de Educação a Distância em Segurança Pública (Rede EaD-SENASP) no processo de formação observou-se uma pequena adesão na Polícia Militar (16,67%) (Gráfico 17) e nos Corpos de Bombeiros Militares (11,76%) (Gráfico 18), na formação de soldados. Não foi observada a utilização de Rede EaD-SENASP para formação de agentes da Polícia Civil. Possivelmente isso demonstre uma certa resistência na utilização das ferramentas de EaD, mas também apontam para uma oportunidade de ampliação do uso dessas ferramentas.
- Em relação ao nível de aderência à Matriz Curricular Nacional, observa-se sua utilização em todas as corporações respondentes, com níveis de adesão variados por Áreas Temáticas e estados.

³³ Vide os Eixos Verticais (Y) dos Gráficos 11, 12 e 13.

Adriana da Silva F. Silva

- Ao analisarmos a Polícia Militar, especificamente em relação aos cursos de formação de soldados, as Áreas Temáticas de maior aderência por corporação são: Área Temática III - Conhecimentos Jurídicos (96,43%), seguida da Área Temática VIII - Funções, Técnicas e Procedimentos em Segurança Pública (65,31%), e da Área Temática II - Violência, Crime e Controle Social (61,90%).
- Ao analisarmos os Corpos de Bombeiros Militares, também em relação aos cursos de formação de soldados, encontramos maior aderências às seguintes áreas temáticas: Área Temática VIII - Funções, Técnicas e Procedimentos em Segurança Pública (72,22%), seguida da Área Temática V - Valorização Profissional e Saúde do Trabalhador (58,33%), e da Área Temática VI - Comunicação, Informação e Tecnologias em Segurança Pública (45,83%).
- No caso da Polícia Civil, especificamente em relação aos cursos de formação de agentes, é possível verificar que a maior aderência se dá em relação a: Área Temática III - Conhecimentos Jurídicos (75,00%), em seguida a Área Temática II - Violência, Crime e Controle Social (69,44%), e por último a Área Temática VIII - Funções, Técnicas e Procedimentos em Segurança Pública (58,33%).
- Se analisarmos as 03 Áreas Temáticas com maior aderência em cada corporação, observamos uma certa coincidência entre elas:

POLÍCIA MILITAR	CORPO DE BOMBEIROS MILITAR	POLÍCIA CIVIL
III. Conhecimentos Jurídicos	VIII. Funções, Técnicas e Procedimentos em Segurança Pública	III. Conhecimentos Jurídicos
VIII. Funções, Técnicas e Procedimentos em Segurança Pública	V. Valorização Profissional e Saúde do Trabalhador	II. Violência, Crime e Controle Social
II. Violência, Crime e Controle Social	VI. Comunicação, Informação e Tecnologias em Segurança Pública	VIII. Funções, Técnicas e Procedimentos em Segurança Pública

- Importa destacar a maior aderência das corporações a temas operacionais da Matriz Curricular Nacional. Dessa maneira, as Áreas Temáticas VIII, III e II são centrais na aderência das corporações à MCN. Explorar tal aspecto pode ser fundamental para obter maior adesão entre as IESP de menor aderência.

Adriana da Silva F. Silva

- Muitas vezes a negação é a informação de maior relevância. Isto é, a rejeição a determinados aspectos pode ser mais esclarecedora do que a afirmação de outros aspectos. Como tal, cabe destacar que a Área Temática de menor aderência entre a Polícia Militar e a Polícia Civil é a VII - Cultura, Cotidiano e Prática Reflexiva (33,93% e 29,17%, respectivamente). Nessa área estão localizadas as disciplinas de a) Ética e Cidadania; b) Diversidade Étnico-Sociocultural; c) Identidade e Cultura da Organização Policial; e d) Ordem Unida. Entre outras coisas, autores como Poncioni (2005) e Santos & Teixeira (2013) destacam a necessidade da implementação nas grades curriculares dos cursos de formação de disciplinas voltadas para as ciências humanas e sociais, o que estimularia o desenvolvimento de habilidades voltadas a atividade preventiva, relacionamento direto com o cidadão e negociação de conflitos, por exemplo.
- No caso dos Corpos de Bombeiros Militares, a área de menor aderência é a IV - Modalidades de Gestão de Conflitos e Eventos Críticos (33,33%), onde estão inseridas as disciplinas de a) Prevenção, Mediação e Resolução de Conflitos e b) Resolução de Problemas e Tomada de Decisão.
- Destaca-se ainda que nas IESPs pesquisadas não existem mecanismos que garantam atualização da formação dada inicialmente ao profissional. Isto é, qualquer atualização depende primeiramente da vontade do profissional. Na maioria dos casos o profissional só passará por outro processo formativo relacionado à promoção ou progressão da carreira. Tal constatação se relaciona com uma observação feita por Poncioni (2005) sobre a falta de cursos de reciclagem/aprimoramento profissional ao longo da carreira. E quando há são apenas para postos de comando ou direção da organização. O aprimoramento contínuo é uma necessidade latente para os profissionais que estão na linha de frente da organização policial, enfrentando nas ruas a realidade de sua profissão.

Por último, um ponto relevante identificado foi a descontinuidade na ascensão hierárquica das corporações. Os profissionais que acessam a carreira de Praça, por exemplo, precisam prestar outro concurso público para ascenderem ao nível de Oficiais. O mesmo se observa entre as carreiras de agente e delegado. Acredita-se que tal estrutura de promoções reforce disparidades funcionais (operacional/planejamento), desestimulando a busca por qualificação, como elemento de ascensão profissional. Tal constatação corrobora com o argumento de Renato Lima (Folha de São Paulo, 19 de agosto de 2013), que argumenta que a estrutura de ingresso e promoção das Polícias

Adriana dos Santos F. Silva

Civil e Militar deveria ser semelhante à da Polícia Rodoviária Federal. Nela, todos os policiais iniciam a carreira no mesmo posto, o de policial rodoviário federal. Com o passar dos anos, ele pode chegar ao cargo de inspetor, o que equivale ao máximo da carreira.

Deputado das Supl. F. S. S.

5. APÊNDICE

5.1. Primeira versão do Instrumento de Pesquisa

Governo Federal Ministério da Justiça Secretaria Nacional de Segurança Pública Projeto BRA/04/029 Mapeamento das Instituições de Ensino em Segurança Pública no Brasil	Nº DO QUESTIONÁRIO _____
--	---------------------------------

1. INFORMAÇÕES PRELIMINARES			
1.1. Data do contato			
1.2. Estado			
1.3. Cidade			
1.4. Tipo de contato	Presencial	Email	Telefone
	1	2	3
1.5. Telefone de contato			
2. DADOS GERAIS			
2.1. Nome da Instituição:			
2.2. Data de criação/fundação:			
2.3. Endereço:			
2.4. Telefone:			
2.5. E-mail:			
2.6. Site:			
3. ESTRUTURA ORGANIZACIONAL			
3.1. Nome do(a) Diretor(a) Geral:			
3.2. Nome do(a) Responsável pela gestão pedagógica e/ou de Ensino			
3.3. Capacidade máxima de atendimento de alunos			
4. DESCRIÇÃO GERAL DA INSTITUIÇÃO			
4.1. Qual o número de alunos matriculados?			
4.2. Qual o nível de ensino que oferece?			
4.3. Trata-se de uma academia integrada?	1.Sim	2. Não	
4.4. A instituição é reconhecida pelo MEC ou CEE como Instituição de Ensino Superior?	1.Sim	2. Não	

Delegada das Suptas F. Silva

4.5. Qual o ato normativo que reconhece a Escola como sendo de Ensino Superior?				
5. FORMA DE INGRESSO				
5.1. Qual a forma de admissão ao curso de Formação?				
5.2. Existe uma periodicidade para abertura de novas vagas?	1.Sim	2. Não		
5.3. Qual o tamanho das turmas ao ingressarem?				
5.4. Qual o quantitativo de formandos por ano?				
5.5. Qual o nível de escolaridade requerido para ingresso na instituição?				
5.6. Com que frequência esse profissional recebe uma atualização da formação recebida?				
5.7. Existe algum tipo de Incentivos à capacitação continuada?				
6. MATRIZ CURRICULAR				
6.1. A instituição adere a Matriz Curricular Nacional para Ações Formativas dos Profissionais da Área de Segurança Pública - MCN, da Senasp/MJ?	1.Sim		2. Não	
6.2. É possível obter a matriz curricular dos cursos oferecidos na instituição?				
6.3. Ao se formar, qual o título conferido ao profissional?				
6.4. Qual a carga horária total do curso oferecido pela instituição?				
6.5. Qual percentual dessa carga horária é oferecido na modalidade de Ensino presencial?				
6.6. Qual percentual dessa carga horária é oferecido na modalidade de Ensino à Distância?				
6.7. Na modalidade de ensino à distância, quais os cursos oferecidos pela Rede EAD/Senasp estão sendo regularmente utilizados?				
6.8. Qual o quantitativo de disciplinas cursadas ao longo da formação?				
6.9. Qual o tempo previsto para formação integral dos alunos?				
6.10. É possível obter a relação de docentes e sua respectiva formação?				
6.11. O Curso oferecido é considerado superior?				
6.12. O Curso oferecido é oferece alguma patente ao aluno concluinte?				
7. OUTROS ASPECTOS				
7.1. Qual o custo anual de cada aluno?				
7.2. Que tipo de apoio por parte do governo federal sua instituição espera?				
7.3. Quais são os principais desafios que sua instituição enfrenta?				
7.4. Você observa alguma melhoria no processo de formação nos últimos anos?				
7.5. Você conhece o sistema educatio.senasp?				

Ata da Seta F. Seta

5.2. Versão final do Instrumento de Pesquisa (após pré-teste)

Governo Federal Ministério da Justiça e Cidadania Secretaria Nacional de Segurança Pública Projeto BRA/04/029 Mapeamento das Instituições de Ensino de Segurança Pública no Brasil						Nº DO QUESTIONÁRIO _____									
1. INFORMAÇÕES PRELIMINIARES															
1.1 Data do Contato															
1.2 Estado															
1.3 Cidade															
1.4 Tipo de Contato						Presencial			Remoto						
						1			2						
2. DADOS GERAIS															
2.1 Nome da Instituição:															
2.2 Data de Criação/Fundação:															
2.2.1 Secretaria ou Unidade Gestora a qual a Instituição de Ensino está vinculada:															
2.3 Endereço:															
2.4 Telefone:															
2.5 E-mail:															
2.6 Site:															
3. DADOS DE DIRETORIA E GESTÃO															
3.1 Nome do(a) Diretor(a) Geral:															
3.1.1 Telefone direto do(a) Diretor(a) Geral:															
3.1.2 Sexo do(a) Diretor(a) Geral:						1) Feminino			2) Masculino						
3.1.3 Cor/Raça do(a) Diretor(a) Geral:						1) BRANCA		2) PRETA		3) PARDA		4) AMARELA		5) INDÍGENA	

Deputado Carlos F. Silva

3.1.4 Nível de Formação/Área do Maior Curso que possui o(a) Diretor(a) Geral:	1) Ens. Fundamental	2) Ens. Médio	3) Ens. Superior	4) Especialização	5) Mestrado	6) Doutorado	7) Pós-doutorado
3.2 Nome do Responsável pela Gestão Pedagógica e/ou de Ensino:							
3.3 Telefone do Responsável pela Gestão Pedagógica e/ou de Ensino:							
3.4 E-mail do Responsável pela Gestão Pedagógica e/ou de Ensino:							

4. DESCRIÇÃO GERAL DA Instituição

4.1 Qual o número de alunos matriculados atualmente?							
4.2 Qual o número total de alunos que sua estrutura física comporta?							
4.3 Qual o(s) nível(is) de ensino que a Instituição oferece?	a) Superior	b) Técnico		c) Capacitação/Qualif.		d) Outros:	
4.4 Trata-se de uma academia integrada?	1. Sim		2. Não		3. Não se Aplica		
4.5 A Instituição é reconhecida pelo MEC ou CEE como Instituição de Ensino Superior?	1. Sim		2. Não		3. Não se Aplica		
4.6 Se sim, indicar ato normativo que a reconhece:							

5. FORMAS DE INGRESSO E TITULAÇÃO

PM - PRAÇAS

TABELA	NÍVEL DE ESCOLARIDADE PARA INGRESSO (Fund; Med; Sup)	FORMAÇÃO CONFERIDA (APÓS CONCLUSÃO)			CARGA HORÁRIA		RECONHECIMENTO DO CURSO			Adere à MCN da SENASP/MJ? (sim ou Não)	CARGA HORÁRIA TOTAL DO CURSO	DURAÇÃO DO CURSO	NÚMERO DE FORMADOS NOS ÚLTIMOS 3 ANOS		
		SUPERIOR	TÉCNICO	CAPACIT./QUALIF.	PRESENCIAL	EAD	MEC	CEE	2013				2014	2015	
SOLDADO															
CABO															
SARGENTO															

Adilson dos Santos F. Silva

PM - OFICIAIS														
TABELA	NÍVEL DE ESCOLARIDADE PARA INGRESSO (Fund; Med; Sup)	FORMAÇÃO CONFERIDA (APÓS CONCLUSÃO)			CARGA HORÁRIA		RECONHECIMENTO DO CURSO		Adere à MCN da SENASP/MJ? (sim ou Não)	CARGA HORÁRIA TOTAL DO CURSO	DURAÇÃO DO CURSO	NÚMERO DE FORMADOS NOS ÚLTIMOS 3 ANOS		
		SUPERIOR	TÉCNICO	CAPACIT./QUALIF.	PRESENCIAL	EAD	MEC	CEE				2013	2014	2015
CFO														
BM - PRAÇAS														
TABELA	NÍVEL DE ESCOLARIDADE PARA INGRESSO (Fund; Med; Sup)	FORMAÇÃO CONFERIDA (APÓS CONCLUSÃO)			CARGA HORÁRIA		RECONHECIMENTO DO CURSO		Adere à MCN da SENASP/MJ? (sim ou Não)	CARGA HORÁRIA TOTAL DO CURSO	DURAÇÃO DO CURSO	NÚMERO DE FORMADOS NOS ÚLTIMOS 3 ANOS		
		SUPERIOR	TÉCNICO	CAPACIT./QUALIF.	PRESENCIAL	EAD	MEC	CEE				2013	2014	2015
SOLDADO														
CABO														
SARGENTO														
BM - OFICIAIS														
TABELA	NÍVEL DE ESCOLARIDADE PARA INGRESSO (Fund; Med; Sup)	FORMAÇÃO CONFERIDA (APÓS CONCLUSÃO)			CARGA HORÁRIA		RECONHECIMENTO DO CURSO		Adere à MCN da SENASP/MJ? (sim ou Não)	CARGA HORÁRIA TOTAL DO CURSO	DURAÇÃO DO CURSO	NÚMERO DE FORMADOS NOS ÚLTIMOS 3 ANOS		
		SUPERIOR	TÉCNICO	CAPACIT./QUALIF.	PRESENCIAL	EAD	MEC	CEE				2013	2014	2015
CFO														

Deputado das Santas F. Silva

POLÍCIA CIVIL														
TABELA	NÍVEL DE ESCOLARIDADE PARA INGRESSO (Fund; Med; Sup)	FORMAÇÃO CONFERIDA (APÓS CONCLUSÃO)			CARGA HORÁRIA		RECONHECIMENTO DO CURSO		Adere à MCN da SENASP/MJ? (sim ou Não)	CARGA HORÁRIA TOTAL DO CURSO	DURAÇÃO DO CURSO	NÚMERO DE FORMADOS NOS ÚLTIMOS 3 ANOS		
		SUPERIOR	TÉCNICO	CAPACIT./QUALIF.	PRESENCIAL	EAD	MEC	CEE				2013	2014	2015
AGENTE														
ESCRIVÃO														
PAPILOSCOPISTA														
PERITO CRIMINAL														
INVESTIGADORES														
DELEGADO														
6. FORMAÇÃO (Refere-se aos cursos de formação que conferem título de bacharel; tecnólogo; técnico; etc, e aos cursos que qualificam/capacitam o profissional para o exercício da profissão. Complementar as informações preenchidas na tabela do item 5)														
6.2 É possível obter a matriz curricular do(s) curso(s)? (Se positivo, por favor enviar/entregar uma cópia junto a este formulário)														
6.3 Existe uma periodicidade para abertura de novas vagas/turmas?														
6.4 Qual o tamanho das turmas ao ingressarem?														
6.6 Na modalidade EAD quais os cursos oferecidos pela Rede EAD/SENASP estão sendo utilizados regularmente na formação?														
6.7 É possível obter a relação atual dos docentes e sua respectiva formação?														
6.9 Quais as formas de Avaliação do Aluno no Curso?														
6.10 Há a possibilidade do aluno ser reprovado na parte teórica e prática do curso?														
6.11 Há a possibilidade de desligamento do aluno em caso de reprovação nas disciplinas?														
6.12 Com que frequência este profissional recebe uma atualização da formação recebida?														

Adriana dos Santos F. Silva

7. FORMAÇÃO CONTINUADA (Refere-se aos cursos adicionais oferecidos pela IESP para a capacitação/qualificação continuada dos profissionais em Segurança Pública.)	
7.1 É possível obter uma lista dos cursos que a Instituição oferece para capacitação/qualificação dos profissionais?	
7.2 Existe uma periodicidade para abertura de novas turmas?	
7.3 Na modalidade EAD, quais os cursos oferecidos pela Rede EAD/SENASP que são utilizados regularmente na formação continuada?	
7.4 A Instituição oferece algum tipo de incentivo à capacitação continuada dos profissionais?	
7.5 A Instituição oferece cursos de capacitação/qualificação para profissionais que passam por processo administrativo disciplinar/corregedoria?	
7.6 A Instituição oferece cursos de pós-graduação ou possui parcerias com Universidades para o oferecimento de tais cursos? Em caso positivo quais universidades e quais cursos de pós-graduação?	
8. OUTROS ASPECTOS	
8.1 Que tipo de apoio, por parte do Governo Federal, sua Instituição espera?	
8.2 Quais são os principais desafios que sua Instituição enfrenta?	
8.3 Você observa alguma melhoria no processo de formação nos últimos anos?	
CHECKLIST DE INFORMAÇÕES A SEREM ENVIADAS JUNTO AO QUESTIONÁRIO 1. Ato normativo que funda a Instituição; 2. Ato normativo do Ministério da Educação ou do Conselho Estadual de Educação que a reconhece como Instituição de ensino, quando se aplicar; 3. Matriz curricular de todos os cursos de formação profissional oferecidos pela Instituição; 4. Matriz curricular de cada curso oferecido na Instituição de Ensino; 5. Relação de Docentes da Instituição e suas respectivas formações; 6. Lista dos cursos que a Instituição oferece para capacitação/qualificação dos profissionais (presenciais e EAD).	

Adriana dos Santos F. Silva

5.3. E-mail enviado para as IESPs, com a apresentação da coleta de dados presencial

Rafael dos Santos - OXY Pesquisa

De: Rafael dos Santos <rafael@oxyconsultoria.com>
Enviado em: quinta-feira, 28 de abril de 2016 14:54
Para: acadepol-densec@pc.rs.gov.br; acadepol@pc.rs.gov.br
Cc: Rafael dos Santos
Assunto: Pesquisa de Campo SENASP - Processos de Ingressos nas Instituições de Segurança Pública e a Estrutura Curricular dos Cursos de Formação
Anexos: ANEXO 1.pdf

Prezado Senhor Delegado Francisco José Salatino Tubelo

Diretor da Academia de Polícia Civil do Rio Grande do Sul

Entro em contato com Vossa Senhoria no intuito de informar-lhe sobre o trabalho de pesquisa que está sendo realizado por mim, em solicitação da Senasp.

Como é de conhecimento de Vossa Senhoria, a Secretaria Nacional de Segurança Pública - Senasp, órgão específico e singular do Ministério da Justiça, tem, ao longo dos anos, buscado estruturar estratégias de melhoria da qualificação dos profissionais da Segurança Pública. Uma dessas estratégias é a constituição da Matriz Curricular Nacional para Ações Formativas dos Profissionais da Área de Segurança Pública – MCN. Trata-se de referencial teórico-metodológico para orientar as ações formativas, inicial e continuada dos profissionais da Polícia Militar, Polícia Civil e Corpos de Bombeiros Militar dos Estados e Distrito Federal.

Em 2014 a Matriz foi revisada, sendo necessário identificar o nível de adesão das instâncias de formação desses profissionais a esta matriz, bem como as formas de ingresso nas Instituições de Segurança Pública, além da atualização do seu cadastro junto à Senasp.

Diante dessa necessidade, a Senasp, por meio do Departamento de Ensino, Pesquisa, Análise de Informação e Desenvolvimento de Pessoal (Depaid), realiza um mapeamento das instituições de formação de profissionais da Segurança Pública em todo o país. Seu objetivo é **diagnosticar as formas de ingresso e os requisitos de seleção para os cargos públicos na área de segurança pública, a estrutura curricular dos cursos de formação, sua carga horária, metodologia e técnicas de ensino**.

Nesse sentido, essa renomada instituição foi escolhida para a realização da pesquisa de campo e a visita técnica, com a previsão de uma agenda para coleta de dados. Estarei em sua cidade **entre os dias 03 e 05 de Maio de 2016**, e gostaria, portanto de agendar o momento mais adequado para essa visita técnica. Caso seja possível, seria importante contar com seu gentil apoio logístico, tendo em vista a quantidade de instituições de ensino em segurança pública que devem ser visitadas em seu estado.

Aproveito para informa-lhe de que o conhecimento produzido com este estudo auxiliará no fomento de políticas públicas para a padronização do ensino em segurança pública no Brasil, de acordo com a real necessidade das instituições e em perfeita harmonia e aderência com a Matriz Curricular Nacional - MCN. Na mesma esteira, o mapeamento das instituições de ensino de segurança pública irá subsidiar a Senasp na formação da Rede Nacional de Escolas de Segurança Pública.

Em anexo a este e-mail segue a relação de informações que serão relevantes para esta pesquisa.

Rafael dos Santos F. S.

Por oportuno, apresento o Senhor Leandro Cunha e a Senhora Andréa Passos, os quais estarão à disposição para prestar esclarecimentos adicionais, porventura necessários, por meio dos telefones [\(61\) 2025-9098](tel:(61)2025-9098) e 2025.8954 ou pelo e-mail enaesp.senasp@mj.gov.br.

Atenciosamente,

Rafael dos Santos F. Sales
Sociólogo e Mestre em Administração
Consultor Pnud/Ministério da Justiça
+55 81 4101-0762 | 9 9921-4553

Rafael dos Santos F. Sales

5.4. E-mail padrão enviado para as IESPs, com a apresentação da coleta de dados remota (1º Disparo)

Rafael dos Santos - OXY Pesquisa

De: Rafael dos Santos - OXY Pesquisa <rafael@oxyconsultoria.com>
Enviado em: quinta-feira, 5 de maio de 2016 13:14
Para: 'academia@pm.go.gov.br'
Assunto: URGENTE: Pesquisa SENASP - Processos de Ingressos nas Instituições de Segurança Pública e a Estrutura Curricular dos Cursos de Formação

Ilustríssimo(a) Senhor(a) CEL MASSATOSHI SÉRGIO KATAYAMA,
Academia de Polícia Militar,
(62) 3201-1600 / 2264 / Fax: 3201-1606

Gostaria de ratificar o email enviado anteriormente a Vossa Senhoria, desta vez com os devidos anexos.

Conforme email anterior, escrevo-lhe no intuito de informar-lhe sobre o **trabalho de pesquisa** que está sendo realizado por mim, em solicitação da **Senasp**.

Como é de conhecimento de Vossa Senhoria, a **Secretaria Nacional de Segurança Pública - Senasp**, órgão específico e singular do **Ministério da Justiça**, tem, ao longo dos anos, buscado estruturar estratégias de **melhoria da qualificação dos profissionais da Segurança Pública**. Uma dessas estratégias é a constituição da Matriz Curricular Nacional para Ações Formativas dos Profissionais da Área de Segurança Pública – MCN. Trata-se de referencial teórico-metodológico para orientar as ações formativas, inicial e continuada dos profissionais da Polícia Militar, Polícia Civil e Corpos de Bombeiros Militar dos Estados e Distrito Federal.

Em 2014 a Matriz foi revisada, sendo necessário identificar o nível de adesão das instâncias de formação desses profissionais a esta matriz, bem como as formas de ingresso nas Instituições de Segurança Pública, além da atualização do seu cadastro junto à Senasp.

Diante dessa necessidade, a Senasp, por meio do Departamento de Ensino, Pesquisa, Análise de Informação e Desenvolvimento de Pessoal (Depaid), está realizando um mapeamento das instituições de formação de profissionais da Segurança Pública em todo o país. Seu objetivo é **diagnosticar as formas de ingresso e os requisitos de seleção para os cargos públicos na área de segurança pública, a estrutura curricular dos cursos de formação, sua carga horária, metodologia e técnicas de ensino**.

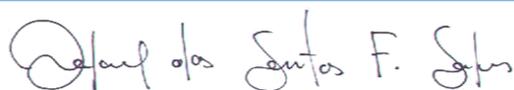
Nesse sentido, **todas** as instituições de formação de profissionais em Segurança Pública do Brasil estão sendo convidadas a participar dessa pesquisa. Aproveito para lhe enviar, então, a Carta de Apresentação da referida pesquisa ([disponível aqui](#)).

Assim, convidamos sua renomada instituição para preenchimento de questionário específico ([disponível aqui](#)), que poderá ser enviado por email (rafael@oxyconsultoria.com) ATÉ O DIA 16 DE MAIO DE 2016. Caso tenha dúvida sobre qualquer procedimento de preenchimento do referido questionário, estarei disponível para esclarecê-lo no número 081 4101-0762, ou no número 081 9 9921-4553.

Juntamente com o questionário preenchido, solicitamos que, por favor, nos encaminhe os seguintes documentos de sua instituição:

1. Ato normativo que funda a instituição;
2. Ato normativo do Ministério da Educação ou do Conselho Estadual de Educação que a reconhece como **instituição de ensino**, quando se aplicar;
3. Matriz curricular de todos os cursos de **formação profissional** oferecidos pela instituição.
4. Ato normativo do Ministério da Educação ou do Conselho Estadual de Educação que a reconhece os **cursos superiores** da instituição de ensino, quando se aplicar;

1



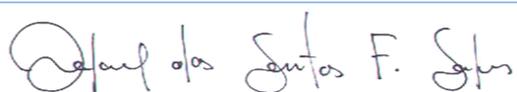
5. Matriz curricular de cada curso oferecido na Instituição de Ensino.
6. Relação de Docentes da Instituição e suas respectivas formações;
7. Lista dos cursos que a instituição oferece para **capacitação/qualificação** dos Profissionais (presenciais e EAD)

Aproveito para informa-lhe de que o conhecimento produzido com este estudo auxiliará no **fomento de políticas públicas** para a padronização do ensino em segurança pública no Brasil, de acordo com a real necessidade das instituições e em perfeita harmonia e aderência com a Matriz Curricular Nacional - MCN. **Na mesma esteira, o mapeamento das instituições de ensino de segurança pública irá subsidiar a Senasp na formação da Rede Nacional de Escolas de Segurança Pública.**

Por oportuno, apresento o Senhor Leandro Cunha e a Senhora Andréa Passos, os quais estarão à disposição para prestar esclarecimentos adicionais, porventura necessários, por meio dos telefones [\(61\) 2025-9098](tel:(61)2025-9098) e 2025.8954 ou pelo e-mail enaesp.senasp@mj.gov.br.

Atenciosamente,

Rafael dos Santos F. Sales
Sociólogo e Mestre em Administração
Consultor Pnud/Ministério da Justiça
+55 81 4101-0762 | 9 9921-4553



5.5. E-mail padrão enviado para as IESPs, com a apresentação da coleta de dados remota (2º Disparo)

Rafael dos Santos - OXY Pesquisa

De: Rafael dos Santos <rafael@oxyconsultoria.com>
Enviado em: terça-feira, 17 de maio de 2016 15:08
Para: apm.sec@pm.ba.gov.br
Assunto: URGENTE: Pesquisa SENASP - Processos de Ingressos nas Instituições de Segurança Pública e a Estrutura Curricular dos Cursos de Formação
Anexos: Carta de Apresentação.pdf; Questionário COLETA SENASP.xlsx

Ilustríssimo(a) Senhor(a) CEL PM ROBERTO COSTA GUIMARÃES (DIRETOR),
Academia de Polícia Militar Cel Antonio Medeiros de Azevedo,
Tel: (71) 3116- 6213/6226/6227/6232 Fax: (71) 3116-6212/6246

Escrevo-lhe no intuito de informar-lhe sobre o **trabalho de pesquisa** que está sendo realizado por mim, em solicitação da **Senasp**.

Como é de conhecimento de Vossa Senhoria, a **Secretaria Nacional de Segurança Pública - Senasp**, órgão específico e singular do **Ministério da Justiça**, tem, ao longo dos anos, buscado estruturar estratégias de **melhoria da qualificação dos profissionais da Segurança Pública**. Uma dessas estratégias é a constituição da Matriz Curricular Nacional para Ações Formativas dos Profissionais da Área de Segurança Pública – MCN. Trata-se de referencial teórico-metodológico para orientar as ações formativas, inicial e continuada dos profissionais da Polícia Militar, Polícia Civil e Corpos de Bombeiros Militar dos Estados e Distrito Federal.

Em 2014 a Matriz foi revisada, sendo necessário identificar o nível de adesão das instâncias de formação desses profissionais a esta matriz, bem como as formas de ingresso nas Instituições de Segurança Pública, além da atualização do seu cadastro junto à Senasp.

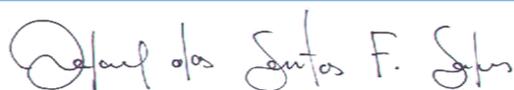
Diante dessa necessidade, a Senasp, por meio do Departamento de Ensino, Pesquisa, Análise de Informação e Desenvolvimento de Pessoal (Depaid), está realizando um mapeamento das instituições de formação de profissionais da Segurança Pública em todo o país. Seu objetivo é **diagnosticar as formas de ingresso e os requisitos de seleção para os cargos públicos na área de segurança pública, a estrutura curricular dos cursos de formação, sua carga horária, metodologia e técnicas de ensino**.

Nesse sentido, **todas** as instituições de formação de profissionais em Segurança Pública do Brasil estão sendo convidadas a participar dessa pesquisa. Aproveito para lhe enviar, então, a Carta de Apresentação da referida pesquisa ([disponível aqui](#)).

Assim, convidamos sua renomada instituição para preenchimento de questionário específico ([disponível aqui](#)), que poderá ser enviado por email (rafael@oxyconsultoria.com) ATÉ O DIA 23 DE MAIO DE 2016. Caso tenha dúvida sobre qualquer procedimento de preenchimento do referido questionário, estarei disponível para esclarecê-lo no número 081 4101-0762, ou no número 081 9 9921-4553.

Juntamente com o questionário preenchido, solicitamos que, por favor, nos encaminhe os seguintes documentos de sua instituição:

1. Ato normativo que funda a instituição;
2. Ato normativo do Ministério da Educação ou do Conselho Estadual de Educação que a reconhece como **instituição de ensino**, quando se aplicar;
3. Matriz curricular de todos os cursos de **formação profissional** oferecidos pela instituição.



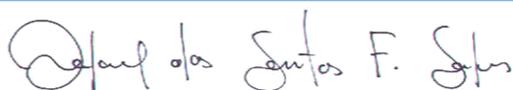
4. Ato normativo do Ministério da Educação ou do Conselho Estadual de Educação que a reconhece os **cursos superiores** da instituição de ensino, quando se aplicar;
5. Matriz curricular de cada curso oferecido na Instituição de Ensino.
6. Relação de Docentes da Instituição e suas respectivas formações;
7. Lista dos cursos que a instituição oferece para **capacitação/qualificação** dos Profissionais (presenciais e EAD)

Aproveito para informa-lhe de que o conhecimento produzido com este estudo auxiliará no **fomento de políticas públicas** para a padronização do ensino em segurança pública no Brasil, de acordo com a real necessidade das instituições e em perfeita harmonia e aderência com a Matriz Curricular Nacional - MCN. **Na mesma esteira, o mapeamento das instituições de ensino de segurança pública irá subsidiar a Senasp na formação da Rede Nacional de Escolas de Segurança Pública.**

Por oportuno, apresento o Senhor Leandro Cunha e a Senhora Andréa Passos, os quais estarão à disposição para prestar esclarecimentos adicionais, porventura necessários, por meio dos telefones (61) 2025-9098 e 2025.8954 ou pelo e-mail enaesp.senasp@mj.gov.br.

Atenciosamente,

Rafael dos Santos F. Sales
Sociólogo e Mestre em Administração
Consultor Pnud/Ministério da Justiça
+55 81 4101-0762 | 9 9921-4553



5.6. E-mail padrão enviado para as IESPs, com a apresentação da coleta de dados remota (3º Disparo)

Rafael dos Santos

De: Rafael dos Santos <rafaeldossantosfs@gmail.com>
Enviado em: sábado, 11 de junho de 2016 14:35
Para: acadepol.cae@pc.ms.gov.br; acadepol@pc.ms.gov.br
Cc: enasp.senasp@mj.gov.br
Assunto: URGENTE: SENASP - Prazo final para envio de informações para Pesquisa
Anexos: Carta de Apresentação.pdf; Questionário COLETA SENASP.xlsx

Prioridade: Alta

Ilustríssimo(a) Senhor(a) DEL MARIA DE LOURDES SOUZA CANO,
Academia de Polícia Civil Delegado Júlio César da Fonte Nogueira - ACADEPOL (PCMS),
(67) 3318-5810 / 5812 Fax: 3363-5809 / 9987-9907

- 1) Viemos comunicar-lhe que até o momento não obtivemos resposta em relação à solicitação de informação acerca da sua instituição, feita através de e-mail enviado no(s) dia(s) 04 e 05 de maio do corrente ano, para o(s) e-mail(s): acadepol@pc.ms.gov.br e acadepol.cae@pc.ms.gov.br
- 2) **A referida mensagem foi replicada abaixo e detalha o teor da solicitação feita anteriormente;**
- 3) Diante do exposto, apresentamos-lhe **uma última oportunidade** de ter a inclusão dos dados de sua instituição no mapeamento das instituições de formação de profissionais da Segurança Pública do Brasil, com um novo e último prazo para a resposta: **ATÉ às 23h59min DO DIA 15 DE JUNHO DE 2016.**
- 4) Segue também em anexo o formulário que deve ser utilizado para resposta, além das informações completas que devem ser enviadas juntamente ao questionário (detalhamento abaixo).

Atenciosamente,

Rafael dos Santos F. Sales
Sociólogo e Mestre em Administração
Consultor Pnud/Ministério da Justiça
+55 81 4101-0762 | 9 9921-4553

Prezado(a),

Escrevo-lhe no intuito de informar-lhe sobre o **trabalho de pesquisa** que está sendo realizado por mim, em solicitação da **Senasp**.

Como é de conhecimento de Vossa Senhoria, a **Secretaria Nacional de Segurança Pública - Senasp**, órgão específico e singular do **Ministério da Justiça**, tem, ao longo dos anos, buscado estruturar estratégias de **melhoria da qualificação dos profissionais da Segurança Pública**. Uma dessas estratégias é a constituição da **Matriz Curricular Nacional para Ações Formativas dos Profissionais da Área de Segurança Pública – MCN**. Trata-se de referencial teórico-metodológico para orientar as ações formativas, inicial e continuada dos profissionais da Polícia Militar, Polícia Civil e Corpos de Bombeiros Militar dos Estados e Distrito Federal.

Em 2014 a Matriz foi revisada, sendo necessário identificar o nível de adesão das instâncias de formação desses profissionais a esta matriz, bem como as formas de ingresso nas Instituições de Segurança Pública, além da atualização do seu cadastro junto à Senasp.

Diante dessa necessidade, a Senasp, por meio do Departamento de Ensino, Pesquisa, Análise de Informação e Desenvolvimento de Pessoal (Depaid), está realizando um mapeamento das instituições de formação de profissionais da Segurança Pública em todo o país. Seu objetivo é **diagnosticar as formas de ingresso e os requisitos de seleção**

Rafael dos Santos F. Sales

para os cargos públicos na área de segurança pública, a estrutura curricular dos cursos de formação, sua carga horária, metodologia e técnicas de ensino.

Nesse sentido, **todas** as instituições de formação de profissionais em Segurança Pública do Brasil estão sendo convidadas a participar dessa pesquisa. Aproveite para lhe enviar, então, a Carta de Apresentação da referida pesquisa disponível em anexo.

Assim, convidamos sua renomada instituição para preenchimento de questionário específico disponível em anexo, que poderá ser enviado por e-mail (rafaeldossantosfs@gmail.com) **ATÉ às 23h59min DO DIA 15 DE JUNHO DE 2016.** Caso tenha dúvida sobre qualquer procedimento de preenchimento do referido questionário, estarei disponível para esclarecê-lo no número 081 4101-0762, ou no número 081 9 9921-4553.

Juntamente com o questionário preenchido, solicitamos que, por favor, nos encaminhe os seguintes documentos de sua instituição:

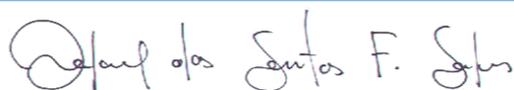
1. Ato normativo que funda a instituição;
2. Ato normativo do Ministério da Educação ou do Conselho Estadual de Educação que a reconhece como **instituição de ensino**, quando se aplicar;
3. Matriz curricular de todos os cursos de **formação profissional** oferecidos pela instituição.
4. Ato normativo do Ministério da Educação ou do Conselho Estadual de Educação que a reconhece os **cursos superiores** da instituição de ensino, quando se aplicar;
5. Matriz curricular de cada curso oferecido na Instituição de Ensino.
6. Relação de Docentes da Instituição e suas respectivas formações;
7. Lista dos cursos que a instituição oferece para **capacitação/qualificação** dos Profissionais (presenciais e EAD)

Aproveito para informa-lhe de que o conhecimento produzido com este estudo auxiliará no **fomento de políticas públicas** para a padronização do ensino em segurança pública no Brasil, de acordo com a real necessidade das instituições e em perfeita harmonia e aderência com a Matriz Curricular Nacional - MCN. **Na mesma esteira, o mapeamento das instituições de ensino de segurança pública irá subsidiar a Senasp na formação da Rede Nacional de Escolas de Segurança Pública.**

Por oportuno, apresento o Senhor Leandro Cunha e a Senhora Andréa Passos (copiados neste e-mail), os quais estarão à disposição para prestar esclarecimentos adicionais, porventura necessários, por meio dos telefones (61) 2025-9098 e 2025.8954 ou pelo e-mail enaesp.senasp@mj.gov.br

Atenciosamente,

Rafael dos Santos F. Sales
Sociólogo e Mestre em Administração
Consultor Pnud/Ministério da Justiça
+55 81 4101-0762 | 9 9921-4553



5.7. E-mail padrão enviado para as IESPs, com a apresentação da coleta de dados remota (4º Disparo)

SENASP/MJC_Pesquisa de Campo - Processos de Ingressos nas Instituições de Segurança Pública e a Estrutura Curricular dos Cursos de Formação

ENAESP SENASP <enaesp.senasp@mj.gov.br>
Para: Rafael dos Santos <rafaeldossantosfs@gmail.com>

28 de junho de 2016 15:29



Ministério da Justiça e Cidadania

Secretaria Nacional de Segurança Pública

Departamento de Ensino, Pesquisa, Análise da Informação e Desenvolvimento de Pessoal

Prezado Senhor

Prezada Senhora

A equipe do **Projeto da Escola Nacional de Altos Estudos em Segurança Pública (ENAESP)** vem, por meio deste, solicitar sua valiosa colaboração na **Pesquisa de Campo – Processos de Ingressos nas Instituições de Segurança Pública e a Estrutura Curricular dos Cursos de Formação**, realizada pelo **Consultor Rafael dos Santos Fernandes Sales**, contratado pela Secretaria Nacional de Segurança Pública, do Ministério da Justiça e Cidadania, por meio do Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento – Projeto BRA/04/029, conforme comprovações anexas. Esta pesquisa é desenvolvida nas Instituições de Ensino de Segurança Pública das Polícias Civil e Militar, e dos Corpos de Bombeiros Militar, dos Estados e do Distrito Federal, desde maio de 2016.

A presente consultoria tem como objetivo diagnosticar as formas de ingresso e os requisitos de seleção para os cargos públicos na área de segurança pública, a estrutura curricular dos cursos de formação, sua carga horária, metodologia e técnicas de ensino, bem como realizar o levantamento de informações sobre o processo de qualificação dos profissionais da Segurança Pública, após seu ingresso nas corporações, apontando os procedimentos, a periodicidade e a estrutura curricular adotados.

O conhecimento produzido com este estudo auxiliará no fomento de políticas públicas para a padronização do ensino em segurança pública no Brasil, de acordo com a real necessidade das instituições e em perfeita harmonia e aderência com a Matriz Curricular Nacional - MCN. Na mesma esteira, o mapeamento das Instituições de Ensino de Segurança Pública irá subsidiar a Senasp na formação da Rede Nacional de Escolas de Segurança Pública.

Rafael dos Santos F. Sales

Ressalta-se que outros pedidos de colaboração foram enviados pelo Consultor Rafael e, até a presente data, não logramos êxito em contar com a participação dessa renomada Instituição.

Diante do exposto, pedimos a gentileza que o **questionário de pesquisa**, anexo, **seja respondido até o dia 04/07/2016** e enviado para os seguintes correios eletrônicos: a. rafaeldossantosfs@gmail.com; b. enaesp.senasp@mj.gov.br.

Caso tenha dúvida sobre qualquer procedimento de preenchimento do referido questionário, o Consultor Rafael estará disponível para esclarecê-la por meio dos seguintes contatos telefônicos: (81) 4101-0762 e (81) 9 9921-4553.

Juntamente com o questionário preenchido, solicitamos que também sejam encaminhados os seguintes documentos de sua Instituição:

1. Ato normativo que funda a Instituição;
2. Ato normativo do Ministério da Educação ou do Conselho Estadual de Educação que a reconhece como Instituição de ensino, quando se aplicar;
3. Matriz curricular de todos os cursos de formação profissional oferecidos pela Instituição.
4. Ato normativo do Ministério da Educação ou do Conselho Estadual de Educação que a reconhece os cursos superiores da Instituição de ensino, quando se aplicar;
5. Matriz curricular de cada curso oferecido na Instituição de Ensino.
6. Relação de Docentes da Instituição e suas respectivas formações;
7. Lista dos cursos que a Instituição oferece para capacitação/qualificação dos Profissionais (presenciais e EAD)

Estaremos à disposição para prestar esclarecimentos adicionais, porventura necessários, por meio dos telefones (61) 2025-9098 - Leandro Cunha e (61) 2025.8954 - Andréa Passos.

Muito obrigada!

Respeitosamente,



ANDRÉA DA SILVEIRA PASSOS

Pedagoga – Colaboradora
Sargento PM – Brigada Militar/RS
CGE/DEPAID/SENASP/MJ
Esplanada dos Ministérios, Bloco T
Edifício Anexo II - 5º Andar - Sala 518
CEP: 70064-900 – Brasília/DF
Telefone: (61) 2025.8954 – 9 9634.4674
E-mail: andrea.passos@mj.gov.br

Rafael dos Santos F. Silva

6. REFERÊNCIAS

- BABBIE, E. **Métodos de pesquisas de survey**. [s.l.] Ed. da UFMG, 1999.
- BECKER, H. S. **Outsiders: estudos de sociologia do desvio**. [s.l.] Zahar, 2008.
- BRAND, A. F.; TOLFO, S. DA R. **O PROCESSO DE FORMAÇÃO DO POLICIAL MILITAR**. IX ANPED Sul, 2012.
- BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil de 1988**. [s.l.: s.n.].
- FOLHA DE SÃO PAULO. **Metade das escolas forma policial em até seis meses**. São Paulo, 19 de agosto de 2013. Disponível em: <http://www1.folha.uol.com.br/fsp/cotidiano/124778-metade-das-escolas-forma-policial-em-ate-seis-meses.shtml+&cd=2&hl=pt-BR&ct=clnk&gl=br>.
- FYFE, J. J. et al. **Police administration**. New York: McGraw-Hill, 1997.
- GIL, A. C. **Métodos e técnicas de pesquisa social**. 6ª ed. São Paulo: Atlas, 1999. v. 264
- KRATCOSKI, P. C.; DAS, D. . **Police Education and Training in a Global Society** *Police Practice and Research* PlymouthLexington Books, , 2004.
- LOZANO, FR. et al. Self-administered versus interview-based questionnaires among patients with intermittent claudication : Do they give different results ? A cross-sectional study Questionários autoadministrados versus administrados por entrevistador para pacientes com clau. v. 134, n. 1, p. 63–69, 2015.
- MALINOWSKI, B. Argonautas do pacífico ocidental: um relato do empreendimento.... **Os Pensadores**, v. 43, 1976.
- MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO. **Descritivos dos cursos superiores de tecnologia em Segurança Pública, em Serviços Penais e em Segurança do Trânsito**, 2010. Disponível em: http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_docman&view=download&alias=3085-cst-seguranca-publica&category_slug=fevereiro-2010-pdf&Itemid=30192.
- MINISTÉRIO DA JUSTIÇA. **Matriz Curricular Nacional para ações formativas dos profissionais da área de segurança pública**. Brasília (DF): [s.n.].
- MINISTÉRIO DA JUSTIÇA. **Pesquisa perfil das instituições de segurança pública 2013 (ano-base 2012)**. [s.l.: s.n.].
- MISSE, M. Crime e pobreza: velhos enfoques, novos problemas. **O Brasil na virada do século**. Rio de Janeiro: **Relume-Dumará**, v. 1, p. 78–89, 1995.
- PERRENOUD Philippe. **Construir as competências desde a escola** [Livro]. - Porto Alegre : Artes Médicas Sul, 1999.
- PONCIONI, P. O modelo policial profissional e a formação profissional do futuro policial nas academias de polícia do Estado do Rio de Janeiro. **Sociedade e Estado**, v. 20, n. 3, p. 585–610, 2005.

RATTON, J. L.; SALES, R. DOS S. F. ; ANDRADE, | RAYANE MARIA DE LIMA. Efetivos policiais no Brasil: uma análise descritiva. **Anuário do Fórum Brasileiro de Segurança Pública**, n. 2, p. 114–118, 2007.

RICHARDSON, R. J. Pesquisa Social: métodos e técnicas/Roberto Jarry Richardson: colaboradores José Augusto de Souza Peres...(et al). **São Paulo, Atlas**, 1999.

RUIZ, M. C. La formación de las fuerzas de seguridad y policiales bajo el paradigma de la Seguridad Ciudadana : un desafío educativo nacional y regional Security and Police Forces Training According to Public Safety Paradigm : a National and Regional Educational Chal. p. 122–133, 2014.

SANTOS, J. V. T. DOS; TEIXEIRA, A. N. **Mapeamento de modelos de ensino policial e de segurança pública no Brasil**. São Paulo: [s.n.].

SILVA, V. G. DA. O Antropólogo e sua Magia. **São Paulo: Edusp**, p. 194, 2000.

SIRIMARCO, M. El abordaje del campo policial: Algunas consideraciones en torno a la formación inicial. **Revista Jurídicas**, v. 6, n. 2, p. 123–139, 2009.

SIRIMARCO, M. Reformas Policiales y Narrativas Institucionales en Argentina: Renombrando Escuelas de Policía. **Dados**, v. 56, n. 3, p. 605–633, 2013.

TELEP, C. W. **The impact of higher education on policie officer attitudes regarding abuse of authority**. [s.l.] University of Maryland., 2008.